

ATA

Ata da 427ª sessão ORDINÁRIA da Congregação, realizada em 24/10/2024 no Auditório 14 do Conjunto Didático de Filosofia e Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, Cidade Universitária - São Paulo, sob a presidência de Adrian Pablo Fanjul, e com a presença dos membros: Silvana de Souza Nascimento, Pedro de Niemeyer Cesarino, Eduardo Brandão, Anselmo Alfredo, Elias Thomé Saliba, Elaine Bicudo Grolla, Ricardo da Cunha Lima, Fernanda Landucci Ortale, Lusine Yeghiazaryan, Angela Alonso, Ana Paula Sá e Souza Pacheco, Wagner Costa Ribeiro, César Ricardo Simoni Santos, Eliane Gouvêa Lousada, Daniel Puglia, Laura Moutinho da Silva, Esmeralda Vailati Negrão, Alfredo Pereira de Queiroz Filho, Ana Cecília Arias Olmos, Cláudia Consuelo Amigo Pino, Heitor Frúgoli Junior, Helder Garmes, Marcos Francisco Napolitano de Eugênio, Marcos Piason Natali, Maria Augusta da Costa Vieira, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Marilza de Oliveira, Waldemar Ferreira Neto, Elizabeth Cancelli, Cilaine Alves Cunha, Gabriela Pellegrino Soares, Heloisa Buarque de Almeida, Annie Gisele Fernandes, Luis César Guimarães Oliva, Patrício Tierno, Ricardo Mendes Antas Jr., Ronald Beline Mendes, Waldir Beividas, Adriana Zavaglia, Daniel Strum, Maurício Cardoso, Mônica Ferreira Mayrink O’Kuinghttons, Leiko Matsubara Morales, Catarina Ianni Segatto, Mariângela de Araújo, Marta Inez Medeiros Marques, Rosângela Sarteschi, Rodrigo Ricupero, Shirlei Lica Ichisato Hashimoto, João Carlos Borghi Nascimento Bruder, Patrícia Sayuri Tanabe Galvão, Francisco Napolitano Viotto, Vagner Luis Carneiro de Campos, Octávio Ernani Gonçalves dos Anjos, Vitória Passos Viana, Marie Márcia Pedroso, Frederico Favoretto, Paulo Roberto Ribeiro de Andrade, Adriana Cybele Ferrari. Primeira parte da sessão, aberta: *com a palavra*, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Boa tarde a todas e todos. Vamos dar início a esta primeira parte da Congregação, primeira parte que é aberta, com o tema **Plano Diretor do campus Butantã**. Nós convidamos a professora Raquel Rolnik, prefeita do *campus*, a vir falar. Raquel, é uma honra te receber aqui, e é uma alegria também. Não vou fazer nenhuma apresentação, a Raquel dispensa apresentações. Só quero dizer que pensamos neste convite porque o processo de construção do Plano Diretor está já nas suas últimas etapas; vai receber emendas durante a primeira quinzena de novembro, e embora muitos profissionais desta unidade tenham participado do Conselho Gestor, é interessante que vejamos o que está sendo planejado, o que, apesar de estar sendo amplamente divulgado [pensamos que vale a pena apresentá-lo aqui, hoje]”. E estou muito contente, porque realmente o modo como foi elaborado o Plano

ATA

Diretor, o modelo participativo [adotado] se assemelha muito ao modelo que nós queremos como gestão da faculdade [FFLCH], com muitas pessoas discutindo, muitas pessoas participando. E [quero] somente esclarecer que ele trata do *campus*, não dos nossos problemas internos de infraestrutura, o que será um item também, vocês vão ver nos meus informes, mas por favor, peço que não perguntem à professora Raquel sobre problemas internos nossos, porque isso ela não vai poder responder. Bom. Então, agradeço novamente à Raquel, e, Wagner [Costa Ribeiro, vice-prefeito do campus Butantã], você não quer também participar? Sim? Muito bem. Temos a prefeitura completa. Passo, então, a palavra à Raquel.”

Com a palavra, Profa. Dra. Raquel Rolnik, prefeita do campus Butantã: “Boa tarde a todas e todos, eu queria agradecer muito por essa oportunidade, por poder estar aqui, com esta Congregação, é uma honra para mim. E eu diria que esta é uma das últimas etapas do processo de construção do Plano Diretor Participativo, e a votação final dele será no Conselho Gestor do Campus, e neste a Direção desta unidade tem direito a voto, a um voto; [o Plano] também [passará por] uma fase em que todos os membros do Conselho Gestor podem apresentar emendas ao texto final, e essas emendas serão votadas juntamente com o texto final, claro, no dia 14 de novembro. Bom. Primeiramente eu quero dizer que o professor Wagner Ribeiro, além de Vice-Prefeito, também está na coordenação do Plano Diretor, e foi um dos coordenadores dos grupos de trabalho temáticos da água, durante todo o processo. Queria agradecer porque acho que nós tivemos muita participação e apoio de muitos alunos, de graduação, de pós-graduação, servidores, docentes, aqui da FFLCH nesse processo. Agradecemos bastante. Só para esclarecer a todos, a ideia de ter um Plano Diretor para os próximos dez anos é a proposta de termos um documento-guia com diretrizes dos processos de transformação pelos quais as áreas comuns do campus devem passar nos próximos dez anos. O Adrian já falou, nós não falamos de edifícios específicos de unidade, nós falamos do conjunto do território do campus, e isso envolve vários aspectos, os quais, durante todo o processo de discussão pública, nós organizamos inicialmente em oito grupos temáticos, e então tinha água, energia, convivência, mobilidade etc. Os grupos temáticos levantaram e fizeram uma espécie de leitura crítica da situação atual. Essa leitura crítica passou por um processo participativo em oficinas presenciais, em sete territórios diferentes (e também através de consulta on-line); uma dessas oficinas foi aqui, inclusive, no edifício da História e Geografia; depois disso [os resultados foram] consolidados, e em seguida foi lançada uma fase de propostas. A fase de propostas também passou por um processo de discussão em

ATA

oficinas presenciais (desta vez na Brasiliana, em horários diferentes) e consultas on-line, e aí fechamos e consolidamos as propostas, a partir desse processo. É muito importante dizer que ele contou com a participação não só de uma coordenação colegiada entre servidores, docentes e discentes, que foi construída a partir do Conselho Gestor do Campus, mas contou também com a participação direta de aproximadamente 2% de todos os usuários do campus, nas oficinas ou nas contribuições on-line. E só para colocar todo o contexto, quando nós lançamos as propostas, nós sempre lançamos as propostas com cenários [hipotéticos] – ‘diante dessa questão, a proposta pode ser A, ou pode ser B; A vai ter ônus e bônus, [suas] vantagens e desvantagens, e B igualmente [as suas]’ – e o processo participativo foi um processo de discussão, e de cotejamento das alternativas de intervenção. Mas, quanto à linha, não é?, digamos, quanto aos princípios básicos desse Plano Diretor, evidentemente tem uma discussão muito grande que é repensar o território a partir das Mudanças Climáticas, e de todas as alterações que nós já estamos vivendo – como é que nós vamos não só compensar e reduzir os impactos decorrentes disso (só na semana passada, com a chuvinha, caíram vinte árvores), mas também como é que nós vamos mudar a forma de ocupação, de modo a evitar que esse processo seja cada vez mais agudo. Isso é uma linha muito, muito forte; mas também tem uma linha muito forte no sentido de constituir esse espaço comum como um espaço de convivência, e de vida. Não só um espaço de passagem entre uma unidade e outra, ou de acesso às unidades, mas [promovendo] essa valorização da vida no campus, a participação e a afirmação do caráter público desse espaço, que é um espaço de todos. E, basicamente, os assuntos de que o Plano Diretor vai tratar são o uso e a ocupação do solo futuro, quer dizer, hoje, essa área está sendo ocupada dessa forma. Será que ela tem que ficar dessa forma? Como é que ela pode se transformar? Então os modos de uso e de ocupação constituem um centro do Plano, mas também o Plano trata do próprio planejamento e gestão das infraestruturas. A gente estava aqui antes de começar, conversando sobre o fato de que, aqui na FFLCH, metade do talude é cortada pela FFLCH, e metade do talude, o mesmo talude, é cortada pela Prefeitura. Ou seja, tem umas coisas completamente loucas em termos de gestão, de infraestrutura e serviços. Se a gente quer uma transformação, também tem que avançar muito na linha do planejamento, que praticamente não existia, como se a gente tivesse que fazer planejamento acadêmico, planejamento das pesquisas, mas da própria infraestrutura [e dos] serviços do campus, isso não, é só na base do puxadinho. Vai-se resolvendo os problemas na medida em que eles vão aparecendo, que foi historicamente a

ATA

lógica aqui. Tem, portanto, [o Plano] uma ideia de pensar sobre eles antes, e instituir um sistema permanente de planejamento e gestão territorial e ambiental no campus; instituí-lo de uma forma organizada, isso faz parte do conteúdo, é o título oito, o último título da lei do Plano. A lei mesmo, a minuta, vai ser recebida por todos vocês na semana que vem, quarta-feira. Mas os conteúdos do que está na minuta já estão amplamente divulgados. Eu vou falar [ainda] muito rapidamente, para a gente ter mais tempo de conversar do que de eu apresentar esses materiais, [pois] está tudo no site, inclusive essa consolidação, bem sintética, das propostas. Bom. Uma das primeiras linhas [do Plano Diretor], desde o começo, foi trabalhar a ideia de Caminhos e Encontros; qual é a ideia?, é sair, é começar a reverter um modelo de campus rodoviarista, que foi o modelo que constituiu esse campus, não é?, pensando na circulação por automóvel, avenidas gigantes, asfaltadas, para os carros correrem bastante, e pensando nos locais, no sistema viário como conexão entre os lugares e não como um espaço livre, como um espaço de existência, de convivência. Então o eixo do Caminhos e Encontros, evidentemente, a gente não vai mudar completamente essa configuração; mas tem uma proposta de instituição de caminhos por dentro das quadras, caminhos organizados com calçada iluminados, sombreados, por dentro, criando outras alternativas porque os pedestres não precisam ficar andando onde os carros andam, eles podem ter caminhos próprios para pedestres e ciclistas. Tem toda uma priorização dos pedestres nas travessias, com lombofaixa, tem toda uma mudança na forma de gestão dos próprios desenhos, das rotatórias, tem uma série de intervenções previstas, que vão nessa direção. E na confluência dos caminhos, os encontros. Eis a ideia, nós estamos inaugurando na próxima quinta-feira o primeiro Centro de Convivência, que é na Praça do Relógio; aqui está em construção o número dois, que deve ser inaugurado na sequência, que é um espaço com banheiro, com mesa, cadeira, com wi-fi, com eletricidade, com bebedouro, para as pessoas poderem ficar e não é dentro das unidades. Não é? E com sanitário, enfim, com apoio para a convivência nas áreas livres. Então tem toda uma proposta, nesses encontros, de fazer também áreas de convivência; tem todo um capítulo sobre a questão do patrimônio cultural, entendendo ele não só como o patrimônio edificado, pedra e cal, mas abrangendo práticas também na lista daquilo que se imagine *in preservata*, por exemplo, o murrinho: é uma referência cultural, então ela está presente, ou as baterias, enfim, evidentemente as edificações também, já temos várias tombadas, e tem uma proposta de preservação de mais alguns imóveis, para que eles não sejam demolidos, mas que sejam requalificados, não é? A gente tem até um mapa que vai indicar os edifícios com prioridade

ATA

para a requalificação, os edifícios que precisam de requalificação urgente, do ponto de vista geral, como alguns barracões que estão absolutamente caindo aos pedaços, com morcegos dentro, enfim, que precisam ter um outro tipo de tratamento. E aqui um conceito muito legal que veio com o Plano, que é a ideia de que tinha um enorme espaço livre com as unidades dispersas no território, mas a vegetação cresceu e virou um parque; então a ideia de que nós estamos ocupando um campus que é um campus ‘parque multi-espécies’, porque além de nós, que estamos aqui, e das árvores que todo mundo está vendo, nós temos 1.600 espécies de animais que vivem no campus, de modo que no Plano tem toda uma forma de tratamento, de como a gente convive e trata com essas outras espécies que estão presentes no nosso campus, e tem uma proposta também de constituir, num pedaço do campus, que pega do CEPEUSP à Praça do Relógio, mas sobretudo ali ao longo da avenida da raia, ligando com uma outra área que é a área do Tejo, da Politécnica, de constituir um parque de uso da comunidade, aberto no fim de semana, em horários específicos e com estrutura de parque, banheiro, lixeira, a segurança etc., em um pedaço apenas do campus, mas cuidado. Dentro disso também uma das propostas, independente dessa do Campus Parque, é trabalhar toda a avenida da raia, que é um pântano, uma área inundável, várzea do rio, não é?, [para ela] voltar a ser várzea do rio, e tratá-la como um parque linear, usando uma das vias que hoje é usada como leito carroçável, e ampliando, e redesenhando essa avenida com soluções baseadas na natureza; essa é uma das intervenções propostas no Plano Diretor. E aí foi feito todo um zoneamento interno, porque no fundo a pergunta que não quer calar é: onde dá para construir mais? Porque todo mundo quer construir prédio novo, quer ampliar etc. Ou seja, a pergunta é onde dá.” Aqui a professora Raquel Rolnik apresenta um mapa do campus com o zoneamento proposto, distinguindo zonas consolidadas, isto é, que já estão ocupadas por edificações; zona livre às áreas remanescentes, isto é, que podem ser ocupadas por novas edificações e/ou projetos; zonas especiais, isto é, que necessitam de revitalização completa, em certos casos combinando com preservação ambiental; e o Parque Municipal São Remo, área adjacente à comunidade de mesmo nome. É realmente necessário ver o documento que contém o Plano Diretor para compreender em detalhes esse trecho da fala da professora. **Com a palavra, Profa. Dra. Raquel Rolnik, prefeita do campus Butantã:** “Na relação com a cidade, eu acabei não falando muito sobre isso, nós também temos uma estação de metrô planejada no campus, e foi uma coincidência feliz: todo o planejamento do projeto básico do metrô foi desenvolvido durante o processo nosso do Plano Diretor. Então nós fizemos junto com a

ATA

Diretoria de Planejamento do metrô. Definimos o local da estação, que é a área dos bancos, atualmente ocupada pelos bancos. Ali será a Estação USP, e a partir dali marcamos toda uma previsão do que vai acontecer com a mobilidade; claro, o metrô vai demorar no mínimo quinze anos, se tudo der certo. E tem toda uma discussão de eventualmente se fazer algum tipo de mobilidade, de intermediária, entre a estação do metrô atual e essa [nova], enquanto o metrô não chega. Está muito claro que o sistema de ônibus não atende e nunca atenderá às necessidades de quem vem pelo sistema de trilho da CPTM. Tem proposta de nova ligação com a CPTM, e em relação à questão dos acessos, tem algumas diretrizes para estudar novos BUSPs, que chegam diretamente por cima, pela Corifeu, não fazer BUSP só pelo terminal do metrô Butantã, mas criar linha BUSP também pelo outro lado; tem algumas propostas que vão nesse sentido também, e, em termos de portarias, algumas estratégias de melhora. Na relação do campus e a cidade, tem toda uma discussão sobre a nossa relação com [o Instituto] Butantã, IPEN [Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares], e IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas], e a proposta de constituição de um fórum entre essas instituições e a própria USP, para tratar de assuntos comuns, um processo que já começou com a própria discussão do Plano Diretor; tem, igualmente, uma proposta que foi desenvolvida paralelamente por um escritório baseado na São Remo, de: 1) autonomização da São Remo, com sua regularização fundiária; 2) melhor tratamento de toda a fronteira da USP com a São Remo, inclusive com a constituição de um novo parque, nessa fronteira. Em termos de infraestrutura e serviços, há todas as metas de começar a trabalhar com o sistema de valorização e circularidade dos resíduos, nós ainda só reciclamos 25% do lixo que produzimos (tudo bem que está bem melhor que São Paulo, que recicla 1%), mas, mesmo assim, para a Universidade de São Paulo é muito pouco, e então existe essa proposta de implantar um novo sistema de gestão de resíduos, compartilhado entre as unidades e uma estrutura central, para avançar muito, muito, na reciclagem e nos tratamentos de resíduos químicos, que ainda nós temos muitos passivos que não são tratados de forma adequada. Há também uma diretriz em relação à água, para que se repense os planos diretores das unidades, [quanto a] mecanismos de redução de consumo, de reuso de água, tem toda uma nova forma de tratamento da drenagem, com soluções baseadas na natureza, e renaturalização e abertura de nascentes, nós estamos marcando várias nascentes aqui, que podem se constituir inclusive em novas trilhas, não é? E também em relação à energia, todas as metas de transformação da energia, no sentido de menor dependência da nossa maravilhosa, incrível, Enel, não é?, e

ATA

maior diversificação das possibilidades de fonte de energia. Isso já é uma diretriz que está começando a ser implementada. Há também uma proposta de começar a trabalhar e medir aquilo que a gente emite, em termos de gases de efeito estufa, e começar a controlar e monitorar nos vários campos desse problema. Isso tudo implica repensar um sistema de planejamento, gestão e governança do campus, e basicamente a ideia é ter duas instâncias diferentes, uma de planejamento e acompanhamento da implementação do plano, que dá as diretrizes, que dá as normativas, que contrata os grandes projetos, e uma outra que é de operação, e aí no Plano está, assunto por assunto – áreas verdes, energia, água – um por um, quem faz a operação. Quando a operação é centralizada, num órgão como a prefeitura; quando ela é descentralizada, feita diretamente pelas unidades; e quando ela é compartilhada. E quem faz e o que faz cada um, procurando criar um sistema um pouquinho mais racional de gestão das infraestruturas e dos serviços. A ideia é, aprovado o Plano Diretor, o período seguinte seria um período de elaboração ou revisão dos planos diretores das unidades, e de reorganização da parte de planejamento e gestão, e de contratação dos principais projetos, não é?, as áreas de projetos mais importantes. Claro que tem mil detalhes, a gente por exemplo tem a proposta de criação de dois bandejões novos, um na área da Poli, outro ali na área das médicas; tem a proposta de criação de pequenos centros de apoio ao comércio e conveniência em alguns pontos do campus, também, mas isso, enfim, tem muitos detalhes que eu não preciso falar porque é um monte de coisa e está tudo lá, vocês vão olhar os mapas e tal, está tudo lá, e vai ser muito importante a partir desse debate se definir se a FFLCH deseja fazer alguma emenda ao Plano; vai estar aberto entre o dia 31 [de outubro] e o dia 11 de novembro, para apresentação de emendas ao texto da lei. Acho que é isso. Muito obrigada”.

*Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Bom. Muitíssimo obrigado, Raquel. Agora, vamos abrir durante uma meia hora mais ou menos para observações, perguntas, quer sobre o que a colega expôs, quer sobre o que vocês tiverem lido do material que foi enviado, enfim, vamos lá. Eu tenho também uma emenda, mas vou dizer depois. Creio que é melhor que comecemos aqui. Tem alguém inscrito?” O que disseram os inscritos para falar, na ordem de inscrição: *Com a palavra, **Sr. Vagner Luis Carneiro de Campos***: “Boa tarde. Meu nome é Vagner, eu sou representante discente aqui. Eu li os documentos que foram encaminhados para a gente, pela comunicação da FFLCH, e, em primeiro lugar, eu sou um morador do CRUSP, algo que a prefeita não citou na sua fala em nenhum momento, e algo que também nos documentos que foram encaminhados pela comunicação da FFLCH só foi citado uma

ATA

única vez, e essa única citação com o nome CRUSP é [para] falar que o Plano Diretor está orientando que se faça silêncio próximo ao CRUSP, e que ele vai implantar [uma sistemática para] que as atividades de Pesquisa, Ensino, Cultura e Extensão não atrapalhem o silêncio da moradia estudantil. Ele, no entanto, não diz como vai fazer essas implantações. Eu fiquei preocupado com o que a senhora [Profa. Dra. Raquel Rolnik, prefeita do campus Butantã] falou aqui sobre um parque linear entre o CEPEUSP e a Praça do Relógio. Eu fiquei lembrando, ‘Nossa, o CRUSP está ali’. No meio disso, não é? É um parque que seria usado principalmente nos fins de semana, que são os poucos dias em que a gente tem sossego do barulho do bandeirão central, que tem sossego dos demais barulhos que atormentam a vida de quem mora no CRUSP. Eu queria externar [portanto] essa minha primeira preocupação com esse parque, nos fins de semana, que vai atrapalhar o sossego de quem mora no CRUSP. Em segundo, no eixo 6 [da apresentação do PD, que foi enviada por e-mail à comunidade USP], ‘campus e a cidade’, na diretriz 6C, urbanidade, tem a segunda e última citação, mas essa é uma citação indireta ao CRUSP, que diz, ‘o Plano Diretor quer adequar o campus para os estudantes residentes da USP, de graduação e pós-graduação, oferecendo qualidade de vida, incluindo serviços, cumprimento das normas de ruídos em áreas residenciais, e transporte público’. Bom. Seria muito bonito, não é?, isso que está escrito aqui, embora não seja especificado. Porque a maior parte dos problemas de qualidade de vida de quem mora no CRUSP é a [está relacionada à] infraestrutura, mas no Plano Diretor não tem nada sobre a infraestrutura do CRUSP, os gráficos [apresentados, oriundos das] oficinas participativas mostraram que um dos maiores problemas levantados nessas oficinas foi justamente a moradia; eu mesmo participei da oficina quando teve na FFLCH, levando essas questões, mas eu senti que no resultado que vocês nos apresentaram não estão, não reverberaram essas nossas reclamações. Não reverberaram da forma que a gente fez, massivamente, e assim eu gostaria de sugerir que a Comissão de Inclusão e Pertencimento da FFLCH, se for possível, faça um estudo junto com a gente que mora no CRUSP para apresentar uma emenda a esse Plano Diretor, já que a FFLCH vai ter essa possibilidade. No documento que nos foi encaminhado só tem duas citações, uma direta e outra indireta, e também no próprio site eu também não encontrei muitas informações, não tinha um eixo sobre moradia, e são mais de mil pessoas que moram na USP. Moram? Bom, depois que eu comecei a fazer Geografia eu vi que a palavra ‘moradia’ tem um peso diferente, [eu diria que essas pessoas] sobrevivem dentro da USP. Acho que a gente pode falar assim. Eu lembro que o professor Adrian,

ATA

estando em campanha eleitoral há dois meses, ele se comprometeu com a gente, estudantes, em levar aos órgãos competentes dentro da Universidade as nossas questões relacionadas à permanência estudantil, e então eu queria lembrar desse compromisso do professor Adrian, [uma vez] que essa é uma das questões que estão relacionadas à permanência dos estudantes”. *Em aparte*, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Tudo bem, Vagner. Mas por favor, seria preciso terminar. Há a questão do tempo...”. *Com a palavra*, **Sr. Vagner Luis Carneiro de Campos**: “É só isso, professor. É que é muito importante, pois a gente está sobrevivendo lá”. *Em aparte*, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Nós sabemos que sim, Vagner, e vamos levar tudo isso em frente, mas eu queria ver se... pelo tempo, eu digo...”. *Com a palavra*, **Sr. Vagner Luis Carneiro de Campos**: “É. Quem tem fome tem pressa”. *Com a palavra*, **Prof. Dr. Anselmo Alfredo**: “Bom. Eu, infelizmente, não pude participar [da elaboração do Plano Diretor]; sinto que perdi muito pela minha não-participação, e quero parabenizar o trabalho que foi apresentado aqui. Muito bem. Eu não sei se foi contemplada ou não essa questão, a professora falou muito sobre os veículos e o modelo automobilístico dentro da Universidade, e há uma questão que sempre, todos os dias aparece aqui, que é o congestionamento dentro da Cidade Universitária [causado principalmente por] aqueles que fazem o corta-luz, fazem o caminho para recortar [o trânsito] nas proximidades da marginal. E é incrível, porque das sete às nove e meia para quem trabalha na USP naquele momento é um problema, não é? Não é uma demanda da Universidade [esses veículos que cortam caminho por ela não pertencem à comunidade, portanto viabilizar o seu procedimento não é demanda dela]. Então eu queria saber como que o Plano Diretor está vendo essa questão, e sempre me ficou uma coisa em mente: existem muitas possibilidades de limitar esse tipo de uso que eu penso que é prejudicial à finalidade da Universidade, ele não é uma forma de a Universidade acessar a sociedade, pelo contrário, não é? Existem muitas formas [de limitar o acesso à Cidade Universitária], e eu queria saber se existe uma perspectiva nesse sentido [da parte do PD], de não fazer da Universidade simplesmente um corta-caminho daqueles que estão passando pela cidade. É isso”. *Com a palavra*, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Obrigado. Bom, Felipe. E vamos fazer assim, para que a professora [Raquel Rolnik] possa ir respondendo, fazemos assim, em rodadas de três; então agora depois das perguntas e observações do Felipe eu passo a palavra de novo à Raquel; depois, quem se inscrever fala, está bem? Felipe”. *Com a palavra*, **Sr. Felipe Costa Sunaitis**: “Bom, boa tarde a todos. A gente considera que, dentro dessas estruturas antidemocráticas da USP foram um avanço essas discussões mais abertas,

ATA

coisa que a gente não costuma ver na Universidade, mas a gente espera que depois os donos da caneta façam valer a vontade das pessoas, porque tem certas coisas que, por exemplo, [a gente] precisa de contratação de funcionários, do básico sobretudo, e a gente sabe que não é essa a política da Reitoria, não é? Então a gente aguarda e vê o que é que vai acontecer, mas saudamos esse avanço. Agora tem algumas questões que a gente queria colocar aqui, inclusive até para a representação da FFLCH levar, que são as seguintes. Primeiro, a questão do acesso ao BUSP para os terceirizados, porque, por exemplo, para almoçar a gente pega um BUSP, já é difícil mas a gente consegue, e os terceirizados não têm essa possibilidade, então uma das coisas que a gente reivindica é esse acesso ao BUSP para os terceirizados e que eles tenham, de modo geral, um acesso maior à vida universitária; outro ponto: dentro disso, nos levantamentos feitos em todas essas oficinas não tem dados, um censo sobre os trabalhadores terceirizados, a gente não sabe quantos trabalham aqui, então para fazer política fica muito difícil, e se não é tanto uma tarefa do Plano e do Conselho, eu acho contudo que seria muito importante fazer com que a Reitoria tenha esse censo dos trabalhadores terceirizados, uma vez que [ele] é preciso para incluí-los na vida política da Universidade. Outra coisa que a gente também pauta é a questão da militarização do campus, a gente viu que as oficinas têm ido pelo lado contrário à militarização, e uma das coisas principais é a PM no campus, que é uma pauta das entidades, da Adusp eu não sei tanto mas do DCE e do Sintusp com certeza, que aquela base da PM lá, o camarada que é morador do CRUSP deve saber falar para todo mundo como que funciona, não é?, a PM, mesmo que se diga ‘comunitária’, ela não o é, ela tem um intuito de repressão. Outra coisa que a gente espera que se faça valer também [é,] se a Reitoria vai ter esse intuito, se o Plano está indo contra a militarização do campus, entendendo que a segurança acontece quando o campus tem mais iluminação etc., [então] imagino eu que a PM perde o sentido aqui. O último ponto que a gente colocou e também eu queria colocar é que tem muitos espaços de convivência que o Plano diz que vai fazer, mas a Reitoria acabou com um dos maiores espaços de convivência, histórico, da Universidade, que é ali onde ficava o Sintusp, ali na ECA. No canil, não é? Ali era o maior espaço de convivência, que congregava funcionários, estudantes e pessoas da comunidade. E ali foi colocada uma grade, foi retirada a nossa sede do Sintusp de lá e jogada lá para o fundo da USP. Também o clube dos funcionários, porque a gente tinha um clube que foi tirado. Então uma das reivindicações é a da retirada das grades, que aquele espaço volte a ser um espaço de convivência, e que ele seja gerido... bom, eu falo isso porque eu sou do Sintusp, mas acredito

ATA

que, conversando com o DCE, com a Adusp, talvez seja importante também ele ser um espaço gerido pelos trabalhadores, pelos estudantes e pelos professores ali onde sempre foi. E acho que é isso, no geral. Tem várias outras coisas mas os principais pontos são esses”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul*: “Obrigado, Felipe. Então, Raquel?”. *Com a palavra, Profa. Dra. Raquel Rolnik, prefeita do campus Butantã*: “Gente, todas essas questões de fato apareceram [nas oficinas e/ou consultas] e foram intensamente debatidas. Vou começar pela discussão da moradia. Teve toda uma questão com relação a até aonde e sobre o quê que o Plano Diretor poderia se posicionar, e a política de moradia, a gestão do conjunto residencial que é o CRUSP, o Conjunto Residencial da USP, ficou claramente delimitada como um tema que não é do âmbito do Plano Diretor, e sim da PRIP. Da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. Então, tudo que tem a ver com política em relação a moradia, e tudo que tem a ver com o espaço interno do CRUSP de fato [é de alçada da PRIP], assim como [o Plano Diretor] não entrou nos espaços internos das unidades, que estão sob a gestão da própria unidade. Assim, esse foi um primeiro corte, mas, naquilo que tem a ver com a infraestrutura necessária, nas áreas livres, para que os moradores do CRUSP possam ter uma vida melhor e ter realmente [observado] um direito a moradia, da forma como se entende isso, isso sim está presente ali [no Plano Diretor], no sentido de garantir o transporte e a circulação nos fins de semana, para entrada e saída, horários etc., no sentido de ter a manutenção de pontos de apoio de comércio, serviços, conveniência etc., ali também está colocado, e, em relação à questão do Campus Parque, de fato o que nós procuramos fazer é que, hoje, isso é uma enorme fonte de conflito, porque acaba sendo usado todo esse espaço como um espaço para esporte e lazer, aberto, no campus, sem um regramento específico. A ideia é que no momento de regulamentação do Campus Parque claramente se definam horários e claramente se definam perímetros e foi por isso que entrou no Plano que, ao definir os horários e perímetros do Campus Parque é necessário garantir a tranquilidade e o silêncio para os moradores; então, essa é uma diretriz, para levar em consideração na hora em que se vai definir como vai ser a circulação, onde pode ter circulação, que horários de funcionamento etc., regradando uma coisa que hoje não é nem um pouco regradada. Em relação à questão dos automóveis, de fato, para vocês terem uma ideia, naquilo que a gente conseguiu apurar por volta de 60 a 70% dos carros que circulam no campus não têm origem nem destino aqui. Atravessam o campus. E no processo de discussão a gente saiu com dois cenários: 1) impedir a entrada no campus para quem não veio trabalhar, estudar, prestar serviço etc.,

ATA

fechar o acesso; mas no processo de discussão surgiu a avaliação de que isso representaria uma enorme tensão com moradores da cidade de São Paulo e que não são do campus, um enorme problema político para poder sustentar uma posição como essa, e no fim a diretriz que ficou foi um pouco a aposta que a gente está fazendo. Assim [cenário 2]: hoje, as pessoas são guiadas no trânsito para cortar caminho e fugir dos lugares congestionados, e um dos instrumentos que fazem isso é o próprio aplicativo, que manda [o motorista] entrar aqui no campus para cortar o caminho. Então, qual é a nossa ideia? É transformar o campus inteiro num lugar de moderação de tráfego. O que significa, em vez de grandes avenidas atapetadas e asfaltadas, [termos no lugar disso] rugosidades, avenidas muito menores, curvas, com muito mais jardins, ou seja, elementos de moderação de tráfego, que vão obrigar a que você não consiga desenvolver velocidades aqui. Ou seja, a ideia é desestimular o uso do campus como passagem. É você trabalhar com um espaço que seja pouco atraente para a passagem, de modo a minimizar [a quantidade de veículos circulando no campus], é a aposta que está se fazendo em relação a esse tema nesse momento. Em relação às questões levantadas pelo Felipe, acho que tem uma notícia boa, que é a de que a reivindicação de que o BUSP seja usado pelos terceirizados foi aceita e está incorporada no Plano Diretor; isso foi muito claramente fruto da luta do Sintusp, presente e colocando essa questão em todas as oficinas, em todos os processos de participação. Outra coisa muito importante para os terceirizados: os planos diretores das unidades vão ter que, necessariamente, apresentar, reformar ou propor espaços de apoio para os terceirizados, em termos de espaços de vestiário, de banheiro, de cantina; hoje isso em várias unidades é uma vergonha, ou é inexistente. Tal ideia entrou como um objetivo no Plano Diretor, que isso esteja muito bem estruturado em todos os lugares do campus. Em relação à questão da militarização, isso também entrou numa discussão [relativa à] abrangência da competência desse Plano Diretor. A questão específica da política de segurança não foi objeto de discussão do Plano Diretor, e está no âmbito da Superintendência, da SPPU [Superintendência da Prevenção e Proteção Universitária], e da política geral da Reitoria; eu acho que esse é um tema importante, acho que ele deve ser discutido, mas no Plano Diretor ele foi tratado do ponto de vista da infraestrutura. Então o que está marcado ali são as vias que precisam de reforço na iluminação, são as vias cujos espaços precisam ser mais seguros para a circulação, [é] a delimitação mais clara de espaços de circulação, porque isso também é uma questão bem importante, não é?, você poder colocar onde são as áreas, inclusive com a definição dos tamanhos desses espaços de circulação, que

ATA

sejam adequados, então [o processo de discussão do Plano Diretor] foi muito mais do ponto de vista da infraestrutura para a segurança, do que da política de segurança. Política de segurança, seja pessoal, seja patrimonial, enfim, ela não entrou no processo de elaboração desse Plano. Finalmente, quanto à questão dos espaços estudantis, tem uma sutileza [aí] mas eu acho que ela é importante, no Plano tem um artigo escrito que diz que todos os planos diretores das unidades deverão destinar espaços para os estudantes. A discussão da gestão desses espaços, que é a discussão que o Felipe coloca, tem uma reivindicação, teve um documento do DCE sobre a autogestão desses espaços estudantis, mas isso foi considerado um objeto de discussão no campo de uma política de gestão patrimonial da Universidade, e não dentro do Plano Diretor, então aquilo que a gente avançou no Plano Diretor foi a ideia de que, sim, em todos os lugares dessa universidade tem que ter os espaços estudantis. Em relação a essa reivindicação, estão marcados ali no mapa [que consta no documento de apresentação do Plano Diretor] e estão propostos os centros de convivência, do tipo 1, que são mesinhas, cadeirinhas, lixeiras, uma coisa muito básica, espalhada pelos espaços, nas sombras das árvores, estão marcados ali, mas também outros pontos, que são do tipo 2, e uma das propostas, de um dos pontos, é justamente a retomada do que era o antigo clube dos funcionários. Esse seria um dos pontos para se pensar. Não foi pensado exclusivamente para funcionários, porque a nossa política foi muito mais [no sentido de que] centros de convivência são centros de convivência de funcionário, de aluno, de professor; a gente, na discussão, optou por não segregar essas categorias, ter centro de convivência só de professor, ou só de funcionário, mas enfim, isso é uma questão a se pensar; está marcada a retomada desse espaço [o clube dos funcionários] como um centro de convivência estruturado, não é?, com equipamentos etc. Eu acho que é isso. Eu vou pedir perdão, porque vou ter que sair correndo, mas o Wagner [o Vice-Prefeito do campus Butantã] está ainda aqui, e eu agradeço muito, acho que as questões que vocês levantaram são os pontos, é isso mesmo, e foi importante esclarecer para vocês também nesse processo o limite, até aonde a gente vai em termos daquilo que foi colocado pelo Felipe também. O compromisso nosso é ter um documento que a partir de 1º de janeiro comece a ser implementado, e obedecido; que sirva como um guia, que não seja uma declaração de intenções; é aquilo que quem está na gestão e na coordenação desse Plano Diretor tem a competência de implementar, a partir dessas diretrizes. É essa a proposta. Muito obrigada”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Obrigado, Raquel. Antes de você ir queria comentar que tem uma emenda que com

ATA

certeza a faculdade [FFLCH] vai apresentar, e que é em relação aos prédios tombados. O edifício Orígenes Simões de Paula, de História e Geografia, é um prédio tombado, e estão fora das possibilidades da nossa faculdade alguns aspectos estruturais do prédio, porque eles superam em três vezes o nosso orçamento anual. Então nós vamos produzir uma emenda solicitando que esse edifício seja incluído no Plano Diretor e pelo menos a sua manutenção estrutural, digamos, não a manutenção predial, cotidiana, não é?, mas sim a estrutural – inclusive tivemos há pouco tempo um acidente, que já está gerando uma demanda judicial contra a faculdade, depois vou comentar um pouco disso, inclusive algumas medidas que já tomamos, e que [o acidente] tem a ver com goteiras, que fazem furos no chão, alguém tropeçou, enfim, coisas que são bastante complicadas; isso foi já faz mais de um mês – então vamos acrescentá-lo. Bom. Raquel, te libero, e agradeço muitíssimo a tua presença, e, já nos vemos, com certeza vamos nos ver várias vezes, nos próximos dias. Muito bem. Wagner [agora substituindo a professora Raquel Rolnik], o primeiro que ia se inscrever para falar era eu, com essa questão que eu acabei de trazer. Agora, vamos fazer uma outra rodada, agora com o Vice-Prefeito do campus, o professor Wagner Ribeiro, do nosso Departamento de Geografia, e depois já começamos com a Congregação ordinária, tudo bem? Então, vamos lá.” Nova rodada de inscrições para falar, e o que disseram os inscritos, na ordem de inscrição. *Com a palavra, Sr. José Clóvis Medeiros:* “Boa tarde a todas, todos, todes. É com muito orgulho que a gente está aqui. Nós fizemos parte, Adriana também [do processo participativo para elaboração do Plano], mas eu queria salientar que a presidente do nosso GT, a coordenadora do nosso GT não pôde vir, que é a professora do Departamento de Sociologia, Bianca Medeiros; nós temos nesse GT, que foi fundamental, um dos mais emblemáticos desse Plano Diretor, um trabalho que vale a pena o colega, o Vagner [Luis Carneiro de Campos, que fez questionamentos acima], que é estudante, se tiver oportunidade esmiuçar. Está na página do Plano. Tem um relatório muito bem feito, e isso tem a ver com o trabalho da equipe técnica, que são: um aluno da casa, de Ciências Sociais, o Mateus; um Pós-Doc, que foi contratado [por conta d] essa formulação do Plano Diretor, que é da Psicologia, o Vinícius. Um trabalho fenomenal. Coleta de dados, sistematização, dissecação, pesquisa, a gente realmente fica muito feliz com o resultado. É óbvio que os outros diretores também produziram materiais muito emblemáticos, o Wagner fez parte, coordenou um dos GTs, e é evidente que esse trabalho vai ficar; é um Plano para dez anos, no mínimo; no mínimo; então requer um olhar atento de todos nós, aqui, e outro ponto: eu não

ATA

vou me estender nisso, mas eu queria muito apresentar o Wagner, a experiência que o Wagner tem nessa área urbanística, e ambiental. Nós vivemos aqui na Universidade muitos dramas todo ano. Todo início de ano tem aquelas chuvas, com a mudança climática, a gente percebe isso. E com o Plano, a gente percebe a necessidade de muito investimento nas áreas de drenagem, de expansão da coleta de água de chuva, e assim por diante. A pergunta que eu queria fazer ao Wagner, que é o representante hoje aqui da Prefeitura, é se há a possibilidade de nós estabelecermos, tanto com a Prefeitura de São Paulo, quanto com o Governo do Estado, convênios para que a gente consiga os recursos necessários para os investimentos nessas áreas, e não só depender do orçamento da Universidade. Por quê? Porque se a população se utiliza do campus para fazer a travessia nos seus horários de pico, ou mesmo no transporte [público], é evidente que a cidade também se beneficia da Universidade. E em vários aspectos, sejam eles nos serviços, tanto de hospitais, HU e HC, mas também o veterinário, quanto museus etc. Se a cidade se beneficia, se nós contribuintes, nos beneficiamos, nós também gostaríamos de ter da parte dessas instâncias governamentais os apoios necessários, e essa é a pergunta, será que nós vamos conseguir, professor? Obrigado”.

Com a palavra, Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida: “Bom, eu também quero parabenizar o trabalho primeiro, acho que é muito importante a gente reconhecer esse esforço, esse trabalho grande de escuta que vocês fizeram. Eu só queria comentar que, como, enfim, [eu presido a Comissão de] Inclusão e Pertencimento, e trabalhando com Direitos Humanos, se tem algum comentário [da Prefeitura] sobre a questão que a gente tem da iluminação à noite, por conta da segurança, das mulheres especialmente, mas não apenas”.

Respostas do Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro, Vice-Prefeito do campus Butantã: “Boa tarde a todos, todas e todes. Foi uma enorme satisfação fazer parte desse processo todo, confesso que quando nós começamos lá em outubro do ano passado havia muito mais incógnitas, não é?, e não que elas tenham sido prontamente respondidas, mas certamente eu acredito que houve um avanço democrático nessa universidade, porque não foi tão simples assim construir de modo participativo esse Plano, e eu queria dizer a todos aqui presentes (aliás, eu flexibilizo sempre da primeira vez, depois eu não consigo flexibilizar todas as vezes, então sintam-se todos, todas e todes contemplados), eu diria que nós temos duas etapas políticas muito importantes [ainda pela frente], primeiro: aprovar [o Plano] no Conselho Gestor, e os senhores e senhoras sabem que fazem parte lá, para votar, ou o Diretor, ou o seu suplente (no caso o Vice-Diretor ou Vice-Diretora), e isso é muito importante; depois tem

ATA

uma outra etapa que eu julgo ainda mais complexa que é justamente o Conselho Universitário. A gente tem muita preocupação de que alguns avanços que estão anotados – por exemplo o BUSP [estendido aos terceirizados], que está indicado agora mas alguém pode não concordar lá na frente –, mas a gente está contente, que estamos fazendo história, estamos avançando em alguns aspectos, lutas históricas de categorias importantes. Mas a luta política continua. Então a gente fica muito contente de ser saudado, e aqui eu falo como membro da casa, não é?, muito feliz mesmo, mas temos uma luta política, temos uma agenda de trabalho bastante importante ainda. Bom. Daqui a pouco eu entro nas perguntas, está bem?, [é que] eu queria realçar também algo da maior relevância, [que é o fato de que] eu, nesses dois anos e meio na Prefeitura, aprendi uma coisa muito curiosa: a gente faz um enorme esforço, vai lá para a Procuradoria Jurídica, e eles falam assim, ‘Não pode. Por causa disso, daquilo, e tudo mais...’, e para evitar esse dissabor, desse modo, nós resolvemos nesta ocasião fazer diferente, nós convidamos a Procuradoria Jurídica para nos ajudar, ao longo do processo, e não por acaso você hoje deve ter visto que o Plano saiu como uma Resolução mesmo, não é?, no juridiquês já bem adequado. Isso gerou algum constrangimento, especialmente junto aos coordenadores de GT, porque, bem, não é tão acadêmico assim, não é mesmo, mas nós acreditamos que desse modo talvez tramite mais facilmente no Conselho Gestor, mas principalmente no Conselho Universitário. Então eu queria realçar que esse foi um cuidado que nós tivemos, porque acontece de fazermos um esforço enorme de mobilização, e daqui a pouco vem alguém da área jurídica e diz ‘Olha, não pode, por causa disso, tem tal Resolução X, Y, Z, e não é possível fazer’. Agora, sobre as questões que foram apresentadas, o tema da drenagem pelo Clóvis, veja: aqui eu vou falar de um tema que a gente estudou muito, não é?, e a Larissa teve um papel fundamental, acho que ela conhece o campus melhor que eu, hoje, porque ela visitou todas as nascentes, e só para dar um dado a vocês: um terço da nossa área do campus, hoje, é alagável. E esse cenário vai ficar pior, com as mudanças climáticas. Para vocês terem uma ideia, a situação de emergência climática que nós já enfrentamos vai chegar [tornar alagável] da entrada do P1 até a Reitoria. Houve uma ocasião em que a Ministra da Cultura estava aqui e ela não pôde sair porque estava alagado. Teve que esperar a água baixar para sair. Vejam, esse é um problema estrutural da cidade [de São Paulo]. E também que afeta evidentemente o campus, não é? E surgiu essa questão [durante o processo participativo]. Eu tenho dito em órgãos de imprensa, quando pedem opinião, que nós só vamos enfrentar de fato essas questões se mobilizarmos o Poder Público

ATA

– na escala Municipal, Estadual e Federal –, e não será diferente aqui no caso do campus da Universidade de São Paulo. Só imagino que diante de tantas situações de vulnerabilidade postas na sociedade brasileira, e em especial em São Paulo, talvez nós [da USP] tenhamos um lugar na fila um pouco, vamos dizer assim, bem para o final da fila. Então eu acredito que nós vamos ter que nos organizar talvez com recursos próprios, e fazer uma mobilização junto a [a autoridade competente], especialmente, vocês sabem, do Rio Pinheiros a gestão é do Governo do Estado, não é da Prefeitura, e o Governo do Estado, enfim... é o que temos. Ou seja, frente a isso, fazer gestão, faremos, não é?, uma das diretrizes que estão no Plano Diretor, no tema da água, é justamente termos um diálogo maior com o representante, vocês devem saber, a USP tem um representante no comitê de bacia do Alto-Tietê [Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê], e ele pode ser um porta-voz das nossas questões envolvendo água, especialmente drenagem urbana. Mas para isso nós podemos, e aí sim o Plano Diretor deixa diretrizes muito claras, [ele propõe] a ideia de que nós *devemos* adotar as chamadas ‘soluções baseadas na natureza’, e como tem colegas de outras áreas eu vou rapidamente dar um exemplo: se vocês já tiveram a chance de ir lá no restaurante do viveiro, que agora é da Universidade, não é mais o clube dos professores – nós compramos essa briga, eu e a Raquel; porque isso gerou alguma inquietação, os professores queriam um lugar para levar os colegas, tomar vinho etc., isso é muito bom, mas você pode levar num lugar fora de São Paulo, e por que não pode tomar vinho em [outro estabelecimento de] São Paulo? – [porque] nós entendemos que esses espaços têm que ser da Universidade, e eu fico muito orgulhoso quando eu chego lá e vejo aquele lugar cheio, não é?, e encontro colegas, estudantes, encontro funcionários, isso é muito bacana; essa premissa está posta lá [no Plano Diretor], como está posta também [a relativa aos] espaços de vivência. Mas o que eu queria destacar é que, se vocês tiveram a oportunidade de olhar, naquele estacionamento, ali, foi adotada uma solução baseada na natureza, um sistema de drenagem que não dá para detalhar agora, temos jardins de chuva, vocês devem ter visto como proliferou, era uma coisinha muito baixinha, e já está exuberante, não é?, na entrada do restaurante. Depois, para quem vai pela trilha – que já existia, nós só a adequamos –, ali você tem também um jardim de chuva muito interessante. A ideia é que o campus seja de fato um lugar de experimentação, positiva, mostrando que essas coisas funcionam, e funcionam bem. Isso nós podemos fazer, independente de Prefeitura [de São Paulo] ou de Governo do Estado. Mas eu concordo com você [Sr. José Clóvis Medeiros] que temos que ter apoio, sim, e não é uma tarefa simples. [

ATA

Quanto a] a questão da iluminação, professora Heloisa, veja, esse é um tema que apareceu [durante o processo participativo] com muita veemência (felizmente, eu diria); tivemos recentemente situações bastante constrangedoras, difíceis; fizemos um esforço de aprimorar [dentro] do que podemos fazer no âmbito da Prefeitura [do campus], que foi fazer uma poda, que já acontecia, é bom que se diga, mas nós incrementamos ainda mais essa poda, em diálogo com o professor Visintin [José Antônio Visintin, Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária], e todo o pessoal da guarda, [a fim de que, por exemplo,] se possa ter uma mirada e ao longe enxergar quem está passando do outro lado da rua etc. Fizemos isso. Mas a reivindicação que está posta é criarmos, na verdade referendarmos aquilo que já se faz; é um pouco o que acontece em Brasília, vocês devem conhecer Brasília, não é? O Plano de Brasília era muito bonito no papel, mas as pessoas começaram a criar seus próprios caminhos, como aqui também. Aqui, nós fizemos um levantamento, o maior fluxo de pessoas é da Poli para o Restaurante Central, ou da FFLCH para o Restaurante Central; são os dois maiores fluxos, não por acaso. Aliás, vou dar uma informação para vocês, a nossa Universidade viabiliza a linha marrom do metrô. Ponto. São 70.000 pessoas diariamente. E eles já sabiam disso, mas quando nós demos o nosso número, eles abriram um sorriso, e falaram assim, ‘Puxa vida!’. Só essa demanda [já] viabiliza. Claro, daqui a quinze anos, mas, temos essa perspectiva posta: teremos uma estação de metrô aqui. As pessoas mais jovens vão usufruir, eu espero usufruir também, enfim. Vou estar perto de me aposentar, com setenta e cinco anos, mas. De qualquer modo, nesses caminhos que estão postos [no Plano Diretor] a gente pretende, sim, fazer uma via, com uma calçada (e aí a polêmica vai ser: dois ou quatro metros? Tem essa questão, em alguns lugares não vai ser possível fazer quatro metros, mas pelo menos dois metros, não é?, para você poder circular, com iluminação, com cobertura, existem várias universidades no Brasil em que isso já está posto – eu lembraria, por exemplo: eu fui na SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] recentemente, no mês de julho, na Federal do Pará, tudo muito bonito, organizado; eu estou citando só esse caso porque certamente alguns colegas também estiveram por lá, e me pareceu algo bastante fácil de fazer, e está muito claramente marcado. Isso é algo em que a gente está bastante atento. Bom. É isso. Procurei contemplar as perguntas dos colegas. Se houver tempo eu estou à disposição ainda, para mais uma rodada”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Bom. Vamos então agora passar para a Congregação... ordinária, podemos dizer. A ideia é que fiquem os membros da Congregação, sim?” Faz-se um intervalo

ATA

de três minutos. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Boa tarde a todas e todos. Vamos dar início à Sessão 427 da Congregação da Faculdade. Temos uma pauta um pouco extensa, mas são todos itens bastante relevantes. Vamos começar pelo expediente, e nele vamos tentar, digamos, ser o mais informativos possível. Silvana e eu preparamos um expediente conjunto, de Direção e Vice-Direção, que trazemos escrito, para ler e garantir dessa maneira que não dure tanto. Apesar de que tem muita informação relevante. Muito bem. Justificaram ausência os membros: Janina Onuki, Eduardo César Leão Marques, Mary Anne Junqueira, Maria Cristina Correia Leandro Pereira, Luciana Carvalho Fonseca, Maria Célia Lima-Hernandes, Rafael Antonio Duarte Villa, Heloisa Brito de Albuquerque Costa, Elizabeth Balbachevsky. Bom”. A partir de agora, lendo o informe preparado: “Informamos a nova chefia do Departamento de Sociologia, professora Ângela Alonso e professor Murilo Marschner, parabenizamos os dois e damos as boas-vindas. Também anunciamos a eleição de representantes de técnico-administrativos, Felipe Costa Sunaitis, João Carlos Borghi Nascimento Bruder e Patrícia Sayuri Galvão, bem-vindes à Congregação por um novo período. Informamos a designação de José Clóvis de Medeiros Lima como ouvidor da Faculdade, e agradecemos desde já sua aceitação, desejando uma ótima gestão (que já começou, com o andamento de oitenta e dois assuntos que chegaram já à Ouvidoria neste mês). O primeiro assunto deste informe é que começaram a funcionar as comissões relacionadas ao nosso plano de gestão participativa. A Comissão para a distribuição orçamentária foi formada no CTA de 3/10, se reuniu no dia 10/10 e já elaborou um rol de prioridades para uma alinha importante do orçamento, que precisava ser definida até 31/10, que é a de reformas previstas para 2025. A Comissão de Planejamento da Infraestrutura, dos Equipamentos e dos Espaços da Faculdade, proposta na Congregação anterior, se formou e teve sua primeira reunião no dia 17/10. Está composta da seguinte maneira, com titulares e suplentes: pelo prédio de Geografia e História: professoras Sueli Furlan e Márcia Barros, funcionária Luciana Ramos, estudante Vagner Carneiro de Campos. Prédio de Filosofia e Ciências Sociais: professor Eduardo Brandão, professora Marina Vanzolini, funcionária Márcia Staaks, funcionário Celso Gonçalves, discentes Rodrigo Muniz e Tales Mançano. Prédio de Letras: professoras Laura Hosiasson e Betina Bischof, funcionários Robson Dantas Vieira e Ben Hur Euzébio, discentes Francisco Napolitano e Maria Clara Araújo Souza. Prédio da Casa de Cultura Japonesa: funcionárias Paula Mandalá e Teresa Teles. Prédio da Biblioteca: funcionária Adriana Cybele Ferrari e Maria Imaculada da Conceição. Pela

ATA

administração da Faculdade: Diretor, Vice-Diretora e assistências. Na reunião anterior desta Congregação, a gente se perguntava se conseguiríamos formar essa Comissão de Infraestrutura já na reunião do CTA de 3/10. Não apenas conseguimos, como a primeira reunião se antecipou ao objetivo. A ideia para a primeira reunião era ver como organizávamos o levantamento de prioridades, mas os prédios vieram já com levantamentos com diferentes graus de detalhamento. Foi uma reunião bem entusiasta, inclusive com participação de titulares e suplentes juntos. Na reunião, além da discussão de prioridades trazidas pelos prédios, foi mostrada uma lista, elaborada pelo assistente administrativo, que diferencia, por um lado, melhoras infraestruturais em processo de licitação porque fazem parte da alçada da unidade, e, por outro, aquelas que estão sob a alçada da Administração Central e, portanto, foram encaminhadas à SEF (Superintendência do Espaço Físico), tais como as adequações às exigências do corpo de bombeiros, os telhados dos prédios e o prédio novo. Quero informar que vamos abrir, na página da Faculdade, uma aba sobre infraestrutura que detalhará tanto os avanços como as pendências (inclusive essas pendências que estão em poder da SEF). A comissão fez encaminhamentos para continuar seus trabalhos e se reunirá de novo no dia 14/11 (quando deverá estabelecer o rol definitivo para 2025, e terá uma divisão e subcomissões para ir elaborando esse rol). E a respeito das pendências, queremos dar uma ótima notícia: começou a licitação do novo prédio didático da Faculdade, que data do Plano Diretor de 2005, e cuja planta foi apresentada à Congregação em 2022. Quero lembrar como foi que esse prédio foi posto de novo em pauta da Superintendência do Espaço Físico. Isso foi durante o retorno presencial no primeiro semestre de 2022, quando constatávamos a insuficiência dos nossos espaços para um retorno seguro e sem aglomerações. Além da procura com urgência de salas em outros prédios que realizaram a Direção e as assistências, nas reuniões de professores, funcionários e estudantes foi trazida à memória a existência desse Plano Diretor de 2005. Lembro que a professora Vanessa (Monte), na época na CG (Comissão de Graduação, presidenta da Comissão de Graduação), resgatou o Plano Diretor, e a CILE (Comissão Interdepartamental do Curso de Letras) encaminhou o plano à SEF com um ofício da professora Adma, naquele tempo chefe do DLCV, e que o assunto foi incluído nas ocasiões em que os alunos mobilizados pelo problema das salas conversaram com o gabinete da Reitoria e depois com a SEF, acompanhados por alguns docentes. Quero destacar, por isso, o papel que a mobilização da comunidade teve para que esse prédio entrasse de novo em pauta e hoje esteja começando a

ATA

sua licitação, que é o passo irreversível para sua construção. Daquele momento em diante, foi importante sem dúvida a atenção dada pela Direção, pelo qual agradecemos ao professor Paulo Martins e à professora Ana Paula Megiani. Encerramos esta parte do informe sobre infraestrutura, dizendo que já temos uma reunião marcada com a SEF para 1 de novembro, que marcamos antes de sabermos do início da licitação, e que aproveitaremos para duas coisas. Uma, já que haverá obras para o novo prédio (e eu digo isso porque já fui contatado pelo Superintendente, não se trata de suposições, e inclusive já temos vários documentos muito específicos que estão com o Fred, para serem preenchidos depois da licitação, já tivemos que nomear dois representantes da faculdade na mesma licitação, está andando), propor que conjuntamente se realize um outro projeto em poder da SEF: o de adequação do prédio de Letras às exigências do corpo de bombeiros, que hoje está em sétimo na lista de espera. E levaremos também ali a reivindicação sobre o telhado de História e Geografia (quer dizer, como vamos fazer a emenda para que essa demanda entre no Plano Diretor, também, já que estamos [lidando com um problema parecido], vamos levar a sério, não é?). Amanhã teremos a reunião (eu e o Clóvis, como ouvidor) com a aluna acidentada (esse acidente foi em setembro, mas não importa, isso não é responsabilidade nossa, nem do Paulo, nem de nenhuma pessoa em especial; é um prédio histórico e, ou o Estado, ou a Universidade tem que ver como mantém; em todo caso esse antecedente serve para mostrar que é realmente necessário, porque tudo tem a ver com as goteiras do telhado, que abrem furos no chão), e informo também que já foi providenciada a troca de 60m² de peças do piso de borracha mais danificadas, por sorte a troca dessas peças pode ser sem licitação devido ao valor, mas o problema de fundo é o telhado. Passando a outro assunto...”. Agora a palavra é passada do Diretor, que estava lendo, à Vice-Diretora, que não lê mais o texto do informe, mas sim usa-o como guia para a sua fala. Assim, o texto do informe segue abaixo, e depois vem a fala da Vice-Diretora; tal procedimento gera redundâncias, mas como a Vice-Diretora acrescenta um número relevante de informações, e passa ao largo de diversas passagens do texto, parece ser o melhor procedimento. Assim, informe escrito: “Passando a outro assunto, demos também um primeiro passo em outro aspecto da nossa proposta de gestão: pautar, no âmbito da USP, reflexões sobre a própria Universidade, e começamos por duas das grandes necessidades do momento: inclusão e Recursos Humanos. Para isso, organizamos, junto com a Direção do Instituto de Psicologia, também recentemente eleita, e do Museu de Arte Contemporânea, o seminário ‘Trabalho e diversidade na USP. Boas práticas e impasses para a inclusão’, que

ATA

será no dia 27/11, e estará integrada às comemorações do Mês da Consciência Negra. A jornada, que também vai contar com a participação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, na pessoa de um dos diretores de área, vai discutir as necessidades específicas de Recursos Humanos e de novas áreas de contratação funcional para a efetiva inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de pessoas negras, indígenas, com deficiência, trans e gênero-dissidentes. Embora sejam essas as unidades organizadoras, convidaremos todas para participar. De manhã teremos uma mesa de abertura com as direções de unidade e a PRIP, para a qual foram convidados também a Adusp, o Sintusp e o DCE para ter um representante, já que se trata de trabalho na Universidade. Depois, haverá uma conferência do professor Acácio Almeida Santos, ex Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Universidade Federal do ABC, e de tarde três GTs, um sobre “Trabalho, saúde, assistência e direitos”, outro sobre “Formação e educação na perspectiva interseccional” e um sobre “Políticas de acessibilidade”. A proposta é que dos GTs saia um documento que recolha os avanços produzidos na USP nos últimos anos e também as necessidades que ainda se apresentam. A programação está quase pronta, vão reservando o dia! Participamos de uma reunião com o Banco do Brasil – com Lidiane Martins Moreira, assessora direta de Tarciana Medeiros, a atual presidenta do Banco, e Nivia Silveira da Mota, coordenadora do Grupo de Trabalho Pacto para Igualdade Racial no Banco do Brasil. Tarciana Paula Gomes Medeiros é a primeira mulher (e negra) a ocupar esse cargo. No encontro, com estudantes e professores, conversamos sobre questões que envolvem políticas afirmativas na FFLCH, e dos desafios para a permanência aqui, com necessidades de apoio, financiamento e bolsas”. Agora a fala da Vice-Diretora, **Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento**, guiada pelo texto impresso do informe: “Boa tarde a todas as pessoas, quero dizer que já faz um mês, certinho, que a gente assumiu a Direção e a Vice-Direção da nossa Faculdade. Mudando um pouco de assunto, a gente deu um outro passo importante em relação à nossa gestão, que é pautar no âmbito da USP reflexões sobre a própria Universidade, pensando inclusão e Recursos Humanos; aproveitando o Mês da Consciência Negra, a gente vai organizar uma jornada em parceria com o Instituto de Psicologia e com o Museu de Arte Contemporânea, um seminário que vai chamar ‘Trabalho e diversidade na USP. Boas práticas e impasses para a inclusão’, que será no dia 27/11, pela manhã e à tarde. Então eu gostaria que vocês salvassem essa data, para poder participar conosco; também vamos contar com a participação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, pela manhã, e

ATA

também com representantes sindicais da Adusp, e do Sintusp; a gente convidou também o DCE, como representante do Movimento Estudantil, para compor essa abertura. A ideia é discutir necessidades específicas de Recursos Humanos e de novas áreas de contratação funcional, para efetiva inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pessoas trans, indígenas, negras, com deficiência e gênero-dissidentes. A gente vai ter como conferencista de abertura o professor Acácio Almeida Santos, que é ex-Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da Federal do ABC. A gente tinha convidado também a Márcia Lima, nossa colega aqui da Sociologia, que atua no Ministério da Igualdade Racial, mas, por conta do Mês da Consciência Negra ela não conseguiu participar. Enfim, também tentamos essa possibilidade, que seria incrível, vamos ver o ano que vem. À tarde, então, a gente vai organizar três grupos de trabalho, e tem várias pessoas convidadas: profissionais do ECOS, que é o programa de saúde mental da USP; professores da Faculdade de Educação; do Museu de Arte Contemporânea; do Instituto de Psicologia; e nós mesmos, aqui da FFLCH. Vamos ter três grupos de trabalho, o primeiro sobre ‘saúde, assistência e direitos’, um segundo sobre ‘políticas de acessibilidade’, e o terceiro sobre ‘formação interseccional’, pensando gênero, raça e questões LGBT. A programação está quase pronta, provavelmente na próxima semana vocês devem recebê-la, a gente vai divulgar, e espero que vocês participem; a ideia é não só ouvir as boas práticas, as experiências interessantes, os desafios, nos âmbitos da saúde, da assistência, da formação, do letramento de gênero racial, da questão da deficiência na USP, não só isso mas também que a gente possa construir propostas nossas e produzir um documento, para apresentar depois para vocês, para a Universidade, para pensar o que a gente pode melhorar nessas áreas. Outra coisa que a gente fez, foi participar de uma reunião, a gente foi convidado pelo Banco do Brasil, com duas pessoas que representam a presidência dessa instituição financeira, a Lidiane Martins Moreira, que é assessora direta da Tarciana Medeiros, que é a presidenta do Banco do Brasil, que é a primeira mulher, e a primeira mulher negra, e lésbica, presidindo o Banco do Brasil, e alguém que tem por praxe pensar políticas afirmativas nas universidades. Vem também a Nivia Silveira da Mota, coordenadora do Grupo de Trabalho Pacto para Igualdade Racial, não é?, então, a ideia delas é que a gente possa levar propostas para o Banco do Brasil, que possam colaborar com políticas e ações afirmativas, e assim a gente começou uma conversa com elas, conversa que foi iniciativa do Núcleo Diversitas [Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos], do qual a gente participa também. Quer continuar,

ATA

Adrian?”. A palavra é passada ao Diretor, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul: “Sim, a ideia é, digamos, ver se conseguimos algum financiamento, algumas bolsas, por parte do Banco do Brasil, que nos ajudem um pouco quanto a todas as necessidades que enfrentamos, não é?”, que agora passa a ler o informe: “Informamos também que, primeiro o ministro Luiz Fux, e depois a primeira turma do STF suspenderam a ação do MP de São Paulo que questionava a permanência da Vice-Reitora da USP, professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, no cargo por causa da aposentadoria. O princípio da autonomia universitária e o caráter eletivo do cargo foram os principais argumentos na decisão. Avaliamos que esse princípio da autonomia, como também o fato de a professora Maria Arminda ter sido eleita por um colégio com conhecimento da situação, e de ser uma professora desta casa, que dedicou e dedica tanto trabalho e responsabilidade à USP e a esta Faculdade são condições por cima de qualquer diferença de perspectiva, e por isso, na sessão do Conselho Universitário nos manifestamos em solidariedade com a colega, e a página da Faculdade tem informado sobre os diferentes desdobramentos. Em outro eixo temático, informamos que já foi aberta, na página da Faculdade, a aba de Portarias, para que todas as resoluções da Direção estejam ali disponíveis, e já estão as duas que publicamos até agora. Também, aproveitando a presença na Faculdade do Abílio Neves e da sua equipe, iniciamos uma vertente de registro de memória da Faculdade, para começar a dar visibilidade a pessoas que passaram pela FFLCH e que estiveram ou ainda estão engajadas em políticas públicas, educação pública, práticas culturais e/ou movimentos sociais. Além disso, daremos destaque à memória negra na FFLCH, tema no qual o grupo de estagiários, sob coordenação de Abílio, já começou a trabalhar. Para encerrar este informe, conseguimos uma solução provisória para a contratação de intérprete de LIBRAS, que possibilitasse a atuação da docente recentemente ingressada para essa disciplina no DL. Recorrendo à FUSP, deixamos esse serviço garantido de agora ao final do 1º semestre de 2025. Deixamos aqui constância do nosso agradecimento ao professor Marcílio Alves (diretor da FUSP), quem compreendeu muito bem a necessidade. E, para buscar uma solução mais definitiva estamos empenhados em dois caminhos. Por um lado, teremos, no dia 31, uma reunião com a Secretaria Estadual da Pessoa com Deficiência, para ver se conseguimos um acordo de cooperação que nos permita contar com intérpretes sem necessidade de terceirização (eles têm uma equipe que formaram nessa secretaria à qual vamos ver o que podemos oferecer em troca, para ver se temos algo mais permanente). Por outro lado, formularemos, junto com a FEUSP, uma proposta inspirada no centro de

ATA

interpretação que criou a UNICAMP. Dado que já solicitamos uma reunião com a Reitoria (que, aliás, vai ser na próxima terça-feira) para nos apresentarmos como nova gestão e formular algumas demandas, esperamos já poder levar essa também (o principal do que vamos tratar com a Reitoria é a questão de necessidades de contratação funcional)".

Expediente da representação da Congregação no Conselho Universitário: *Com a palavra, Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão:* “Boa tarde a todas e todos. A professora Mary Anne [Junqueira] está numa banca, no Departamento de História, mas ela foi à reunião extraordinária [do CO] e me passou o relato do que aconteceu lá, e eu vou ler. [Agora lendo:] A reunião do Conselho Universitário foi extraordinária, portanto sem direito a voz dos conselheiros, ainda que permitida a inscrição e discussão de pontos da pauta. A reunião não estava prevista no Calendário anual da Reitoria. O Conselho Universitário discutiu dois temas: o primeiro deles concentrado na aprovação do montante a ser despendido anualmente para a progressão dos funcionários, dos servidores técnico-administrativos. Os valores, conforme os cenários discutidos na administração, são de quase R\$190.000.000,00 anuais, precisamente R\$189.897.501,74 já incluídos em cargos e obrigações patronais. A Reitoria prevê progressão vertical, cuja identificação prevê 4.086 servidores, e a horizontal, que deve alcançar 7.897 servidores. A progressão horizontal deve contemplar os servidores que estão nos primeiros níveis da carreira. Houve questionamentos a respeito de como será a distribuição do montante entre as unidades, além de propostas para evitar ranqueamentos, entre outras a do professor Adrian, que sugeriu que houvesse indicações à progressão, e não ranqueamento. O representante dos funcionários, Reinaldo, pediu a palavra para discutir o fato de que a categoria não foi convidada para discutir a proposta de progressão da carreira. O voto da representante da Congregação foi a favor do montante proposto. Embora não tivesse discutido com a Congregação, seguiu iniciativa de reunião pregressa do Conselho Universitário, em que avaliou que o preferível seria garantir a progressão dos servidores técnico-administrativos com uma votação favorável expressiva. Entre os 91 participantes, no horário, foram contabilizados 81 votos a favor e 10 abstenções. O segundo ponto de pauta discutiu a aprovação de prêmio de desempenho acadêmico institucional 2024, período de medição 2023; em razão do desempenho da USP, em distintos rankings, o prêmio foi aprovado por unanimidade, com 97 votantes no horário. O prêmio, R\$9.000,00, a todos os docentes da ativa e servidores técnico-administrativos, será pago em três parcelas, a partir de outubro de 2024. Então, essas são as informações. Muito obrigada”. Expediente da Comissão

ATA

de Graduação: *Com a palavra, Prof. Dr. Alfredo Pereira de Queiroz Filho*: “Boa tarde. O professor Giroto [presidente da Comissão de Graduação] está numa reunião do CoG, e a professora, a vice-presidente da CG [Heloísa Brito de Albuquerque Costa], está afastada, e ele pediu para dar um comunicado rápido, e esse comunicado é sobre o ranking do Estadão. Quatro cursos da FFLCH que receberam as cinco estrelas, o que significa excelente. O que é isso? Bom. O ranking do Estadão é realizado por cerca de dez mil professores e coordenadores, é um trabalho voluntário, e eles analisam basicamente o projeto pedagógico, o corpo docente, e a infraestrutura do curso. Então os quatro cursos agraciados foram: Filosofia, Letras, Geografia e História. É isso. É uma satisfação, e o professor pediu para lembrá-los que nós fomos bem avaliados nesse ranking. Obrigado, professor”. Expediente da Comissão de Pós-Graduação: *Com a palavra, Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos*: “Boa tarde a todos. A nossa passagem por aqui é muito rápida, basicamente para a gente se apresentar. Na última Congregação já estávamos na presidência da CPG da faculdade, mas como foi uma decisão um pouco intempestiva, eu dou aulas às quintas-feiras, e a professora Eliane [Gouvêa Lousada, Vice-Presidente da CPG] também tinha compromissos, nós não pudemos comparecer, então, basicamente, vamos nos apresentar. Eu tenho talvez um informe muito rápido depois, mas eu vou passar então a palavra à professora Eliane. O meu nome é César, e é um prazer dividir aqui esse espaço com vocês.” *Com a palavra, Profa. Dra. Eliane Gouvêa Lousada*: “Meu nome é Eliane Lousada, e sou do Departamento de Letras Modernas, Francês. Então é isso, não pudemos participar da outra vez mas agora estamos aqui”. *Com a palavra, Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos*: “Bom, eu não me identifiquei [totalmente] também, eu sou do Departamento de Geografia. O informe rápido que eu ia transmitir é que a semana passada nós tivemos um Conselho Extraordinário da Pós-Graduação, no qual a Universidade aprovou o novo modelo de pós-graduação, que está em tramitação e, enfim, já tem sido divulgado há algum tempo. Agora, claro, nesse primeiro momento é por adesão de programa, isso a gente vai discutir mais propriamente na CPG, mas eu achei importante trazer essa notícia fresca aqui, para todos. Obrigado”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul*: “Obrigado, César. E obrigado, Eliane. Entendo, César, só para deixar claro esse novo modelo, é aquele que já vimos, ao qual podem aderir os programas seis e sete, [são os que] seriam elegíveis para aderir, os outros não, e também não é obrigatório. Bom. Então agora por favor, para a Comissão de Pesquisa, a profa. Maria Cristina Pereira não veio, está o vice, o professor Daniel Puglia”. Expediente da Comissão de

ATA

Pesquisa e Inovação: *Com a palavra, Prof. Dr. Daniel Puglia:* “Boa tarde a todos. A Cristina está numa banca lá na História, eu sou o vice dela, e ela solicitou que [eu transmitisse os informes]. Nós temos quatro informes rápidos sobre a Comissão de Pesquisa. O primeiro deles se refere à realização do SIICUSP [Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP], foi realizada a primeira fase do 32º SIICUSP na semana passada, foram 398 trabalhos, divididos em 86 mesas, com 172 avaliadores. Houve um aumento considerável em relação ao ano passado, em função da obrigatoriedade da participação dos bolsistas PUB [Programa Unificado de Bolsas]. Nós vamos fazer um balanço [disso] na próxima reunião da Comissão de Pesquisa e Inovação, que vai ser no dia 07 de novembro, mas desde já nós gostaríamos de agradecer aos colegas que participaram como avaliadores, e também indicaram os seus orientandos. Gostaríamos também de lembrar que a organização do SIICUSP ocorreu na gestão anterior, e portanto agradecemos não apenas à presidência anterior, como também aos representantes dos departamentos que compõem a Comissão de Pesquisa. Também gostaríamos de agradecer aos três colegas que ministraram as mesas de abertura, sobre Humanidades Digitais, que foram extremamente interessantes e instigantes, a professora Beatriz Raposo de Medeiros, do Departamento de Linguística, o professor Marcos Lopes, do Departamento de Linguística, e o professor Osvaldo Frota Pessoa Junior, do Departamento de Filosofia. Principalmente, nós gostaríamos de agradecer muitíssimo aos funcionários da Comissão de Pesquisa e Inovação, o Felipe, a Juciele, e também aos monitores, Cariane, Mariana, e Antônio. Sem a colaboração deles nada teria se realizado. Então fica aqui registrado o nosso agradecimento. O segundo ponto se refere a uma pequena mudança de regra de pós-doutoramento, de acordo com uma nova Resolução, do dia 03 de setembro, de 2024 agora, especificamente em relação ao artigo 5º, sobre os supervisores. A nova redação diz o seguinte: o supervisor deve possuir título de doutor e ser credenciado como supervisor de pós-doutorado pela Comissão de Pesquisa e Inovação, ou na sua ausência pelo conselho deliberativo, ou órgão equivalente, que poderá determinar os critérios mínimos para esse credenciamento, conforme a especificidade das áreas. Essa mudança é muito nova, é recente, e esses critérios mínimos vão ser debatidos na nossa próxima reunião agora no [dia] 07 de novembro. O terceiro ponto que nós gostaríamos de lembrar é que o Nelson, do escritório de apoio à pesquisa, solicitou que fosse informado que ele participou de um grupo agora, de uma reunião de grupo de interlocutores do EGIDA [Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico] USP, que foi no dia 16 de outubro, e [ali] foi

ATA

informado que a partir do próximo ano haverá fomento específico para projetos que tenham aderência à Agenda 2030 da ONU. Então foi sugerido que os docentes tenham em seus currículos os ícones, ou descritivos dos objetivos, assim como nos projetos de pesquisa, disciplina e eventos, quando houver aderência. Um exemplo é, nos currículos Lattes, seria interessante informar que o projeto tal tem aderência à Agenda 2030 da ONU, como objetivo 4, ‘Educação de Qualidade’. A informação de aderência pode ser feita textualmente, ou com a inclusão de um ícone padronizado, isso também vai ser esclarecido na nossa próxima reunião, do dia 07 de novembro. E o quarto e último ponto: nós gostaríamos de lembrar que houve algumas atualizações nos processos de entrega dos relatórios semestrais de IC [Iniciação Científica] no sistema Atena, e [um informativo com essas atualizações] foi enviado por e-mail, pela Comissão de Pesquisa, para todos vocês num e-mail de 21 de outubro. Isso novamente, também, vai ser conversado na próxima reunião da Comissão, e vai ser informado aos representantes de cada departamento. Era isso. Obrigado”. Expediente da Comissão de Cultura e Extensão: *Com a palavra, Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro*: “Boa tarde mais uma vez, trocando de camisa agora, para Cultura e Extensão. Eu queria primeiro dar um informe: acaba hoje a oitava semana Aziz Ab’Saber, lá em São Luiz do Paraitinga, é uma parceria que a USP já tem faz alguns anos, oito anos na verdade, junto com a Prefeitura de São Luiz, e nesse ano tem uma peculiaridade muito importante, que hoje precisamente é aniversário de nascimento do professor Ab’Saber, cem anos; estivemos lá desde segunda, e eu tive que vir hoje mas o evento encerra amanhã. [Compareceram] Os colegas da Universidade de Louvain, da Bélgica, colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Federal também do Pará, e alguns colegas da USP, a professora Marli Quadros esteve conosco na abertura lá também. Isso é só um informe, e foi muito importante verificar a resistência, a resiliência daquele município, em que pese a gravíssima enchente que ocorreu lá em 2010, enfim, foi um processo muito interessante. Mas da Comissão eu teria dois informes rápidos. O primeiro é que está aberta já a proposta de atividade de extensão, e o prazo para inscrição vai até o dia 17 de novembro próximo, no sistema Apolo - Fomento, para editais com até R\$25.000,00 cada projeto, serão aprovados dez projetos, envolvendo justamente atuações de estudantes naquilo que se chama hoje de curricularização da extensão. Há uma série de itens que você deve atender no edital, e eu fiquei muito feliz porque os itens que devem ser contemplados [se coadunam com] pelo menos um dos dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O 18º acho que não deu tempo de incluir, não é?, vocês sabem

ATA

que há um novo agora, mas eu acredito que a nossa faculdade tenha absoluta vinculação com esses objetivos. O segundo [informe] já é uma chamada interna, vocês devem ter recebido uma mensagem eletrônica, convidando para [apresentar] propostas de cursos de verão de extensão, para o próximo ano, 2025, e aí o prazo para inscrição será nos dias 04 e 05 agora, novembro, tem uma série de itens lá, e a única questão que está posta é que se porventura surgirem mais de cinquenta propostas nós vamos ter que fazer um sorteio, e eu acho que isso não é impossível, porque eu fiquei muito surpreso, feliz e surpreso, com o grande acolhimento dos colegas, fazendo propostas de cursos de extensão, de cursos de verão, enfim, acredito que isso vai ser muito fecundo. Então são esses dois informes, espero receber propostas e que a gente possa ter um papel bem ativo junto à Pró-Reitoria, capturando um pouco desses recursos para os nossos projetos – com os estudantes, certo?, isso é importante, são projetos que envolvam os estudantes, vinculados aos ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável]. Obrigado”. Expediente da Comissão de Cooperação Internacional: *Com a palavra, Profa. Dra. Laura Moutinho da Silva*: “Boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu só venho aqui em meu nome, e em nome da Fraya Frehse, que não está aqui hoje porque está num congresso, o 48º Congresso Nacional da ANPOCS [48º Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais]. [Quero] Agradecer pela votação expressiva que a gente teve, espero que a gente consiga não decepcionar, e dizer que nesse primeiro mês a gente está trabalhando, a gente tem uma proposta de gestão, que vocês receberam, e a gente vai divulgar novamente, mas nesse primeiro mês a gente está na verdade organizando a casa, organizando o escritório; nos demos conta de que o escritório de cooperação internacional passa por uma precariedade que toda a Universidade vem vivendo também, com questões de funcionários [etc.], e então a gente está se reorganizando, e organizando, e vai produzir para a próxima Congregação um diagnóstico de como anda o nosso trabalho de internacionalização, não é? Em relação a cursos, regiões, e o que a gente tem até o momento, e como é que a gente se organiza para os próximos dois anos. Obrigada”. Expediente da Comissão de Inclusão e Pertencimento e também o Expediente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos: *Com a palavra, Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida*: “Bom. Boa tarde a todos. Eu estou com algumas notícias para dar para vocês, a primeira é que, enfim, estamos ainda encaminhando a regulamentação da CIP, da Comissão, ainda não está totalmente regulamentada, mas está caminhando cada vez mais, e eu continuo acumulando a presidência da CIP com a da

ATA

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, e a gente vai tentar desvincular isso, porque a CDDH faz mais os atendimentos, e a CIP tem o papel de trazer as políticas de lá para cá, da PRIP, e implementar as políticas aqui, e levar as nossas demandas para a PRIP também. Então a gente ainda vai ter que fazer essa segunda etapa, que é a eleição de uma presidência para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, [acerca do] que já estamos discutindo, na Comissão e na CIP, que trabalham juntas. Eu vi que todas as outras unidades fazem uma separação desses dois cargos, então não é só da cabeça da gente, é um pouco a lógica mesmo de como eles estão funcionando. Eu queria chamar atenção, e vocês estão recebendo isso e vão receber por e-mail – seja através da Diretoria, seja direto através da PRIP – ou já receberam, [para] três Resoluções importantes. A primeira é uma Resolução do CoIP [Conselho de Inclusão e Pertencimento], de 09 de outubro de 2024, acerca do uso do nome social, para pessoas trans. A legislação já existia, em tese já estávamos integradas, a USP já estava integrada a essa legislação do uso do nome social, mas eu não sei se vocês sabem, nós temos o problema de que os sistemas da USP não se conversam, então a pessoa coloca o nome social no Janus, mas não aparece nos outros sistemas, e por aí vai (ou no Jupiter, não é?). Então essa Resolução é para tentar agilizar mesmo e melhorar os sistemas da USP, e para que nós, docentes e servidores, também nos adequemos o máximo possível a respeito do nome social. Eu sei que é bastante aprendizado novo, mas, enfim, é importante a gente melhorar isso. Em tese, a gente vai a partir de agora conseguir cobrar mais da USP que os sistemas conversem melhor, a partir dessa Resolução do CoIP. Tem mais duas outras portarias que também vão exigir bastante trabalho da gente: uma é a portaria sobre o Transtorno do Espectro Autista, que talvez vocês já tenham recebido; a gente vai ter que fazer, ainda nos falta uma infraestrutura aqui na FFLCH, mas também devo dizer, o sistema Sankofa é um sistema novo, feito pela PRIP, e ainda não está pronto para receber essas informações, ainda, mas a gente vai ter que registrar; vai ser um trabalho da CIP registrar discentes, docentes ou servidores que tenham necessidades especiais, começando com os discentes, que vão requerer algumas adaptações, e então, quando a gente registrar no sistema Sankofa, isso vai chegar já para a Comissão de Graduação. Por exemplo. Ou para a Comissão de Pós-Graduação. Então é um trabalho novo, que também vai nos demandar um pouquinho, a gente vai ter que pedir uma assessoria para o ECOS para poder verificar esses laudos, que as pessoas vão mandar, e a gente vai ter que fazer, nós como docentes, vamos ter que nos adaptar a algumas necessidades especiais, que às vezes podem ser simplesmente não cobrar do aluno que ele

ATA

faça seminário lá na frente, pode ser dar uma hora a mais no tempo de prova etc. A ideia é que a gente faça o máximo possível do razoável, claro que temos limitações, mas a ideia é a gente viabilizar isso. A CIP e a CDDH já vinham fazendo algo nesse sentido, a gente já vinha demandando de alguns docentes, quando a gente tinha uma demanda por discentes, para dar mais uma hora de prova etc., e a maior parte dos colegas foi completamente compreensiva com essa demanda, mas é para a gente ficar atento. A outra é a portaria novíssima, que chegou agora, um pouquinho antes de eu vir para cá, para a reunião, também da PRIP, que é sobre pessoas com deficiência, sobre o que eu entendo que a nossa Diretoria já está preocupada, não é?, com as adaptações necessárias ao prédio, mas também com adaptações em sala de aula; essa é um pouco, digamos, vai ter vários limites, a Marie já tem um trabalho importante com relação a isso pela lista que ela recebe da Fuvest, quando a gente recebe uma lista que nos avisa que vai ter, por exemplo, uma pessoa cadeirante no primeiro ano e então é ideal que fique no térreo, esse tipo de coisa, vai demandar mais cuidado com algumas coisas, tipo fazer Powerpoint com letras bem grandes e poucas imagens para ficarem bem visíveis; quando alunos demandarem que a gente use microfone, usar o microfone, porque pode ter alunos com dificuldades auditivas, e por aí vai. A ideia dessas portarias é sempre o que é mais possível, o que é razoável, numa linguagem jurídica fazer ‘o máximo possível do razoável’, então vai exigir bastante trabalho da gente mas eu acho que principalmente atenção e o cuidado com os estudantes com essas necessidades, para a gente não incorrer [em falta], porque na verdade o que a USP está fazendo com essas portarias é só aceitar a legislação que já existe. Estamos nos adequando a uma legislação que já existe, então é importante a gente reconhecer isso, quer dizer, não é uma concessão especial. Muito mais do que isso, é a gente se adequar à legislação. Assim, peço que vocês fiquem atentos, principalmente os chefes de departamento, que nos ajudem a implementar essas adequações, e assim que possível, quando a gente tiver alguém para ajudar na CIP, um servidor, a gente vai começar a alimentar esse sistema Sankofa. Lembrando vocês: vai ser um desafio razoável aqui na FFLCH, porque somos a maior unidade com moradores do CRUSP, a maior unidade com bolsistas PAPFE [Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil], e isso vai ser também gerenciado em parte pela PRIP, em parte aqui, localmente. Obrigada”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul***: “Muito obrigado, Heloisa. Bom. Eu já disse que a gente vai ter uma reunião com a Reitoria na semana que vem, e que nossa principal pauta vai ser a necessidade de contratação funcional, desde que nós assumimos todo mundo diz que precisa de funcionário,

ATA

e estamos fazendo o que podemos. Inclusive desistimos de ter duas secretárias, vamos ter uma só, para que haja um outro funcionário [liberado para atuar] em outro lugar. Enfim, vocês devem ter visto que as Seções de Alunos vão reduzir o tempo de atendimento, devido a esse problema de falta de funcionários, pelo menos provisoriamente. E, temos conversado muito desde que estamos aqui, promovemos inclusive acordo com [as partes envolvidas] – sim, porque você tem que estar em acordo com todas as partes, não é? – [e fizemos] alguns deslocamentos. Vão ser necessários mais alguns, e a CIP é a única comissão da faculdade, única, que não tem nenhum funcionário. Isso não apenas é inadmissível, como [também] apresenta-se para a CIP uma demanda de começar, pelo menos, a lançar alguns dados nos sistemas. Então, enquanto a gente [não] consegue funcionários nessa luta, vai ser necessário que façamos um esforço, em alguns lugares, para tentar colaborar, e tentar ir garantindo desde já algum funcionário que pelo menos em parte do tempo atue na CIP. Tem algumas possibilidades que nós pensamos, e que iremos falando com as chefias nesse período; pedimos consideração, pedimos solidariedade, não é?, ninguém vai ser obrigado a fazer algo que não quer, mas pensar realmente o que é possível aceitar. Também quero dizer que foi informado no Conselho Universitário – complementando o informe da Mary – que vão dar andamento à reposição dos funcionários aposentados em 2024. Sim. Vai ser quase imediato. Por quê? Porque o funcionário que se aposenta não gera ônus para a USP, então isso a Reitoria repõe (digamos). Porém, pelo menos com a informação que temos até agora, não sei se houve alguma novidade, mas em 2024 a Faculdade tem um único funcionário que completou a sua aposentadoria, e que, além disso, era estatutário. Quer dizer, não é celetista, e então é provável que recebamos zero funcionários, a menos que a gente consiga, bom, vamos tentar, é uma, não sei, é algo suplementar, dadas essas necessidades que se apresentam”. *Em aparte, Sr. João Carlos Borghi Nascimento Bruder:* “É muito rápido. É claro que essas reposições da Reitoria são insuficientes porque a gente perdeu muito mais funcionários do que isso nas últimas décadas, então acho que a pressão precisa ser para além desses critérios da própria Reitoria. Só que acontece que a FFLCH teve direito às reposições de 2023, e a Reitoria está convertendo tudo em analistas; a gente já criticou isso aqui, não é?, porque precisa repor todos os níveis, e tal. Mas está revertendo em analistas. E ela ofereceu duas vagas de analistas para a FFLCH, e a FFLCH, por suas razões, optou por dois técnicos. Não sei se a gente já recebeu, se eles já foram convocados, enfim, ótimo. Só que acontece que sobrou verba aí, entende? Uma verba que estava destinada à FFLCH, por conta de

ATA

reposição, e ela não foi usada na FFLCH, que contratou funcionários do nível técnico [quando estavam previstos analistas], e assim a gente recebeu metade da verba [prevista]. Mesmo assim é insuficiente [recebermos mais dois funcionários, isto é, termos a outra metade contemplada], mas a gente ainda está com essa dívida da Reitoria [para com a FFLCH]”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Bom. Se tivermos uma informação mais precisa sobre isso, que eu peço às assistências, enfim, como vamos ter uma reunião terça-feira, me parece fundamental. Não é? Depois podemos conversar. Não vamos fazer agora uma polêmica sobre isso, é assim, não é assim, está bom? Muito bem”. Expediente da Biblioteca: **Não houve.** Expediente da bancada dos funcionários: *com a palavra, Sra. Patrícia Sayuri Tanabe Galvão:* “Então. Sobre esse aspecto da progressão da carreira em particular, a gente queria colocar alguns pontos para dizer o mínimo contraditórios, que são absolutamente mostras do nível de autoritarismo da Reitoria, e problemáticos em essência, sobre o processo de avaliação, que foi anterior à publicação das regras sobre a progressão de carreira, e agora [sobre] a carreira. Em primeiro lugar, sobre o processo de carreira, acho que a gente compartilha com os professores inclusive a indignação de você ter verbas limitadas, quando na verdade não importa se você atingiu determinados requisitos para progredir, o que importa é o quanto de verba existe para ser destinado à progressão. Então não é mérito, no último caso. É uma competição, cujas regras, imagino que dos professores foram muito parecidas, são publicadas depois que a competição começou. Eu quero dizer que foram publicadas depois porque primeiro teve um processo de avaliação que foi exaustivo, que muitos dos professores que foram chefias ou indicados como pares se mataram junto com os funcionários para escrever sobre critérios que não condiziam com a realidade nem a complexidade do trabalho exercido nas unidades, porque não consideram que uma unidade de ensino tem, por exemplo, centros e núcleos, cuja chefia não é a que está indicada no sistema; no sistema, a pessoa está sob a chefia da Direção, porque não é possível indicar a chefia de núcleos, ou, por exemplo, de comitês, correspondente à chefia real. Ou seja, a avaliação foi feita por alguém que não está no seu cotidiano de trabalho. Além disso, os professores foram obrigados a fazer vídeo-aulas (sobre os quais não puderam sequer opinar, ou perguntar, ou tirar dúvidas), para avaliar pares que trabalham quotidianamente, mas que não podiam exercer, ali, nenhum controle. E na prática, foram obrigados a preencher os critérios encaixando lá coisas que nem sobre o próprio cotidiano dizem respeito. Mas, feito isso, feito esse processo já absolutamente problemático, e que inclusive deu margem

ATA

para que muitos funcionários fossem prejudicados, uma vez que a avaliação fica registrada, e nessa avaliação se expõem casos absurdos de assédio moral, ou seja, na prática a chefia que te avalia é muitas vezes a chefia que te assedia, essa é que é a realidade. Só para colocar um exemplo prático do que significa esse assédio, tem avaliações, feitas aqui nessa unidade, onde a chefia coloca que o funcionário está em desenvolvimento, portanto não está apto para o próximo nível de complexidade, porque tem problemas de saúde; porque precisa saber socializar com os colegas; ou gente que sequer foi avaliada. Porque a chefia não tinha competência para tal, e não houve tempo hábil para indicar alguém que pudesse avaliar, e isso são só alguns processos, mas eu chamo atenção por conta da questão de saúde, porque a gente vive um problema gravíssimo de adoecimento físico e mental na Universidade. Mental, isso é motivo inclusive de vários debates, [em] que eu não vou entrar aqui, mas alguns com laudo. Com laudo. O *burnout*, que diz respeito às condições de trabalho. A exaustão. A gente está falando de quase dez anos sem contratação, e com funcionários sendo contratados a conta-gotas, para cobrir uma unidade que é a maior da USP, em termos de alunos. Porque se os professores já têm que dar conta de uma realidade impossível, de diversos alunos para orientar e para fazer isso bem feito, os funcionários têm que dar conta de uma realidade de um monte de alunos, com vários problemas, e essas demandas também precisam ser respondidas. Essa contratação a conta-gotas, que só começou agora, significou para a FFLCH, que perdeu quase cem funcionários, sobrecarga de trabalho. Aí a pessoa está sobrecarregada, adoce etc., e ainda tem que ler na sua avaliação que o problema dela é que ela tem problemas de saúde. Como se isso fosse culpa dela, ou algo que ela, enfim, que ela pudesse mudar. Mas mesmo que o adoecimento não fosse aqui na FFLCH, fosse em outras [unidades], como seres humanos, você adoce: acabou. Acabou. Porque aqui a USP vê a gente como objeto. Mas isso é uma coisa, porque [na verdade, quanto a] esse processo de avaliação, quem sabia que ele seria predominante, que ele seria essencial para a progressão na carreira? Ninguém. E mais ainda, a USP estabeleceu critérios que ela só apresentou na portaria agora, e os funcionários sabem das coisas ao mesmo tempo que todo mundo, inclusive o sindicato sabe ao mesmo tempo que todo mundo, porque a Reitoria não dialoga, ela só fala que vai fazer, mas ela não fala com quem ela tratou, ela contrata uma empresa, mas ela não fala com os funcionários. E aí ela publica as regras depois que a competição já começou, ou seja, você não sabe; foi dada a largada e você não sabe, você não sabe se você tem que jogar bola, correr, nadar, etc. e tal. E você descobre que aquele esforço imenso para

ATA

preencher uma avaliação que era confusa em si mesma, que demorou horas, que deu problemas, etc. e tal, não vale de nada, vale um único campo, que é o da chefia, dizendo se você está ou não apto; na verdade, e é muito sutil a maneira como está expresso lá, [dizendo] se você atende plenamente o nível de complexidade em que você se encontra, e se você está de prontidão para o próximo nível. Tem uma pegadinha aí, porque você pode, de acordo com a Reitoria, você pode estar apto, atender plenamente o seu nível de complexidade, mas ela considera que isso não é o bastante para você estar ‘de prontidão’ para o próximo nível. Como se ali, a chefia que, por equívoco, por não entender direito do que se tratava (excluindo os casos de assédio), colocou que você atende plenamente, falando [que você] é um ótimo funcionário, atende plenamente tudo que é possível, e não vai poder progredir porque a chefia não entendeu o que é ‘estar de prontidão para o próximo nível de complexidade’, o que poderia ser ‘assumir um cargo de chefia’, ‘assumir uma nova responsabilidade’, poderia ser qualquer coisa, porque ninguém sabia que era isso o determinante para a progressão na carreira. Então uma boa parte das pessoas já está excluída, e a regra só foi publicada ontem. A avaliação foi feita um mês e meio atrás. Ou seja, é absolutamente autoritário e humilhante, uma vez que você gastou horas e horas; um funcionário do bandejão [por exemplo], cujas competências não incluem redação e interpretação de um texto, o que já era bizarro por si só, não estão na cabeça dele as bizarrices do que se passa na cabeça de um gestor formado na FEA, mas que tem como objetivo fazer uma avaliação para uma empresa, porque é isso que a empresa contratada fez. Ele precisava, me desculpe o termo, mas ele precisava tirar do ‘sovaco’ uma avaliação, avaliar os seus pares, sendo que de muitos deles não é cobrado saber dissertar etc. e tal, [e eles] se mataram, e a gente ajudou, e todo mundo que ajudou se matou para fazer, teve professor inclusive falando ‘Eu estava fazendo de madrugada, fechou [o acesso ao sistema] e eu não consegui terminar’, porque ninguém sabia como fazer. Não são só os funcionários do bandejão, ninguém sabia como fazer. E aí de repente isso não vale para nada. Esse é o problema dessa carreira. E assim você está excluído da corrida, e você não pôde sequer ter recursos a isso, não houve momento nenhum em que a gente pudesse questionar, ‘Bom, eu quero revisar, eu quero saber quem foi a chefia que me avaliou, quero poder pelo menos argumentar, ou que seja tirada a média entre os meus pares, que trabalham comigo no cotidiano e que me avaliaram também, e a chefia, para que seja mais realista; nada disso está contemplado. Esse é um dos problemas da carreira. Agora o João vai terminar aqui com uma proposta para a Congregação’”. *Com a palavra, Sr. João Carlos Borghi*

ATA

Nascimento Bruder: “[Eu quero,] Enfim, reforçar o que a Patrícia falou; a gente já denunciou aqui várias vezes o que significou essa avaliação, mas, saiu essa portaria ontem, e daí hoje, toda hora muda e novas portarias [surgem], e é fora de qualquer parâmetro de razoabilidade que uma avaliação confusa, que foi feita um mês atrás, agora esteja impedindo [a progressão de funcionários], porque se você não está lá no item exato em que a Reitoria esperava que você fosse enquadrado pela chefia, única e exclusivamente, você está eliminado da possibilidade de concorrer à progressão na carreira. Então a gente está há doze anos, [sempre] no 1A, toda a nossa geração ou as outras também estão estagnadas, há doze anos sem carreira, e daí você se depara, de surpresa, agora, cai uma regra do céu, [estabelecendo] que você não pode concorrer à carreira, não tem possibilidade de recurso, não tem possibilidade de nada. Eu acho que esse é um ponto grave, e em relação a ele, especificamente, nós temos uma proposta de moção, eu já entreguei ao professor Adrian, com relação a esse impedimento a concorrer à carreira, por parte dos funcionários, que não foram necessariamente mal avaliados mas que não foram avaliados do jeito que a Reitoria agora decidiu que têm que ser, para poder concorrer. Dito isso, a gente fez duas reuniões de funcionários da FFLCH a respeito desse tema, as duas bastante cheias, em especial a última com mais de sessenta e cinco funcionários, que nós fizemos lá na Administração, e nós aprovamos uma contraposição a essa portaria da Reitoria, sustentando que todos os funcionários deveriam poder progredir, não só os do nível 1, como estão colocando, não só os que a chefia enquadrou como esperado, mas todos os funcionários deveriam progredir, e essa verba poderia ser distribuída entre todos os funcionários. Para nós o critério, a partir de uma reivindicação que a gente sempre faz do fixo de R\$ 1.200,00, pelo menos todos os funcionários da Faculdade, da Universidade, poderiam progredir na carreira horizontalmente e verticalmente, de modo a corresponder no mínimo a R\$ 1.200,00 [de aumento salarial]. Alguns casos, por conta da tabela salarial, ultrapassam. A nossa proposta visa contemplar a todos, e a gente a está levando para o conjunto dos trabalhadores da USP. Ela já está dando um rebuliço aí na Universidade inteira, o sindicato vai fazer uma assembleia na quarta-feira que vem, e a gente espera conseguir derrubar essas arbitrariedades. De todo modo a gente vai seguir discutindo, o tempo vai ser curto, e a gente vai estar em diálogo com a Direção da Faculdade também sobre como aplicar [o que está sendo proposto] aqui, especificamente, na FFLCH. Como um ponto de partida, precisa cair esse impedimento dos colegas que não foram avaliados da forma como a Reitoria queria; isso é inadmissível, do meu ponto de vista,

ATA

e a gente pede o apoio da Congregação também nessa contraposição ao que está sendo imposto”. Está, a partir de agora, aberta no sistema a votação das três bancas constantes na pauta, de Concurso Docente: - II - ORDEM DO DIA. 5. CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - COMISSÃO JULGADORA - (votação sistema) sistemas.fflch.usp.br/apoio/votacao/: 5.1 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - área de GEOGRAFIA REGIONAL - Edital FFLCH/FLG N° 029-2024 de 29/12/2023 - Proc.: 23.1.2629.8.3 - DOCENTES INDICADOS PELO DG PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA: Membros Titulares: Profs. Drs. André Roberto Martin (DG/FFLCH, titular), Sueli Angelo Furlan (DG/FFLCH, doutora), Carolina Silva Pedroso (UNIFESP, doutora), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD, doutora), Edilson Alves Pereira Júnior (UECE, doutor). Membros Suplentes: Profs. Drs. Júlio César Suzuki (DG/FFLCH, associado), Flávia Elaine da Silva Martins (UFF, associada), José Gilberto de Souza (UNESP, titular), Angelo Szaniecki Perret Serpa (UFBA, titular). 5.2 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - área de GEOGRAFIA POLÍTICA - Edital FFLCH/FLG N° 030-2024 de 29/12/2023 - Proc.: 23.1.2630.8.1 - DOCENTES INDICADOS PELO DG PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA: Membros Titulares: Profs. Drs. Elvio Rodrigues Martins (DG/FFLCH, associado), Ricardo Mendes Antas Junior (DG/FFLCH, associado), Eli Alves Penha (UERJ, doutor), Márcio Antônio Cataia (UNICAMP, associado), Paulo César Scarim (UFES, associado). Membros Suplentes: Profs. Drs. Amélia Luísa Damiani (DG/FFLCH, titular, aposentada), Sandra Lencioni (DG/FFLCH, titular, aposentada), Antonio Marcos Roseira (UFABC, doutor), Antonio Thomaz Júnior (UNESP, titular), Ronaldo Gomes Carmona (ESG, doutor), Daniel Afonso da Silva (UFGD, doutor). 5.3 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - área de ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA - Edital FFLCH/FLF N° 048-2024 de 25/03/2024 - Proc.: 24.1.276.8.7 - DOCENTES INDICADOS PELO DF PARA COMPOR A COMISSÃO JULGADORA: Membros Titulares: Profs. Drs. Cicero Romão Resende de Araújo (DF/FFLCH, titular), Milton Meira do Nascimento (DF/FFLCH, titular, aposentado), Salma Tannus Muchail (PUC/SP, titular), Débora Cristina Morato Pinto (UFSCar, associada), Luiz Damon Santos Moutinho (UFSCar, associado). Membros Suplentes: Profs. Drs. Roberto Bolzani Filho (DF/FFLCH, associado), Patricio Tierno (DF/FFLCH, associado), Waldomiro José da Silva Filho (UFBA, titular), Helena Esser dos Reis (UFG, titular), Antonio Carlos dos Santos (UFS, titular). Expediente da bancada dos discentes: *com a palavra, Sr. Francisco Napolitano Viotto:* “Bom. Boa tarde a todo mundo que está aqui na Congregação, a todo

ATA

mundo que está assistindo também. Eu queria pontuar uma coisa bem rápida, acho que de principal que os estudantes têm para trazer para a Congregação. É uma moção que vai ser apresentada mais para a frente, hoje, no decorrer da pauta, [e eu quero] fazer só um breve comentário: a gente recebeu a notícia acerca do processo que estava rolando em relação à Vice-Reitora, e a gente vê como, na verdade, a coisa se desenvolve despendendo bastante energia e com bastante esforço para resolver um problema jurídico que surgiu para a Reitoria, em que até o STF interveio, enquanto que, quando o problema a ser tratado é a falta de funcionários – não só na FFLCH, como foi trazido aqui pelos colegas da bancada dos funcionários, mas na USP como um todo – e a falta de professores, cuja gravidade da situação a gente viu bem no ano passado, aí a argumentação usada também é que juridicamente não pode ter mais contratações, não podem ser despendidos mais recursos do Estado, não é?, enquanto a gente vê a Vice-Reitora acumulando um salário bastante volumoso, mesmo após a idade em que ela deveria ter se aposentado já. Mas enfim, eu queria, infelizmente também, reforçar que a gente, apesar de ter transcorrido mais de um mês, segue sem o elevador do nosso prédio [o de Letras] funcionando, acho que a Assistência Acadêmica deve estar até um pouco desgostosa de tanto que a gente enche o saco deles em relação a isso, e nós sabemos que os funcionários estão fazendo o que podem dentro da situação, mas eu queria também ver da parte da Faculdade se a gente não pode ter alguma forma de pressão jurídica sobre a empresa que está atrasando esse atendimento da manutenção desse elevador, porque já é acho que a terceira Congregação em que a gente vem citar isso. Eu sei que não é falta de vontade de ninguém, da parte dos funcionários, mas o fato é que nós seguimos sem o nosso elevador funcionando. Por último, bastante rápido, eu queria ler uma mensagem da Atlética da FFLCH (eu faço parte da diretoria da Atlética), que a gente vai mandar por e-mail e a gente queria também solicitar depois, se for tranquilo da parte da Assistência Acadêmica, para que ela seja encaminhada aos docentes da nossa faculdade; é uma mensagem relativa a uma campanha que a nossa Atlética está promovendo no momento. Eu vou ler rapidinho para vocês. [Agora lendo:] ‘Prezadas e prezados professores. A Atlética da FFLCH gostaria de solicitar a sua colaboração para o nosso projeto de kit social destinado ao BIFE 2024, o principal campeonato que a nossa faculdade disputa, e que ocorrerá na cidade de Batatais, no mês de novembro. Acreditamos que o esporte universitário vai além da competição e do lazer. Ele é um mecanismo importante de permanência estudantil, oferecendo aos alunos não apenas uma atividade física mas também um espaço de

ATA

integração, apoio e desenvolvimento pessoal. Felizmente, o perfil socioeconômico dos estudantes da USP e da FFLCH tem mudado bastante desde a adoção das quotas; neste ano temos uma parcela bastante alta de atletas beneficiários do PAPFE que precisarão fazer uso do kit social, e nossa entidade está determinada a garantir a participação de todos os atletas que não podem pagar pelo valor integral. No entanto, com o aumento dos preços a cada ano, torna-se um desafio crescente cobrir os kits sociais de forma integral, e por isso estamos buscando contribuições que nos ajudem a custear o kit social para esses alunos. Qualquer valor ou forma de ajuda será de grande importância para que nós possamos ajudar todos os estudantes a terem a oportunidade de participar desse evento. Agradecemos desde já por toda e qualquer colaboração, e atenciosamente, Associação Atlética Acadêmica Oswald de Andrade.’ Então, a gente queria encaminhar esse pedido, e quem puder contribuir com esse projeto [será muito bem-vindo], porque a gente todos os anos felizmente até agora tem conseguido que nenhum atleta de baixa renda da nossa faculdade deixe de participar desse evento tão importante na experiência universitária de muitas pessoas. É isso. Obrigado”. *Com a palavra, Sr. Octávio Ernani Gonçalves dos Anjos Brito Ferreira:* “Eu vou falar mais sobre os alunos do vão, pois eu sou representante discente da História. A gente queria também ver se tem algum retorno sobre a comissão da qualidade de vida, hoje estragou mais um ventilador do prédio, um dos poucos que funcionam nas salas de aula, e nesse calor a gente já teve vários problemas de saúde, com alunos passando mal em sala, e até professores. Já foi prometida [a compra de] ar-condicionado e ventiladores, só que a gente não teve nada ainda além dessa promessa, e então a gente gostaria de algum retorno sobre. E [eu queria] também frisar a questão da importância da moção sobre as pautas trans, porque eu encontro uma pessoa trans e vejo a importância disso, vejo o sofrimento que a gente passa aqui dentro dessa faculdade, e já para adiantar, caso a gente não tenha muito tempo, [eu quero] lembrar que a UNIFESP já aprovou isso, e a USP sempre tem um histórico de atraso em relação a essas questões, principalmente na questão de quotas de estudantes negros, que foram [implementadas] só em 2018, se não me engano. Então seria uma moção para a Congregação aqui da FFLCH apoiar isso depois no Conselho Universitário, que é a instância superior. É isso”. *Em aparte, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Eu só queria [responder], já que perguntaram pelo elevador, e pelo... sim [pelo ar-condicionado e pelos ventiladores]. Semana passada quebrou o elevador do prédio de Ciências Sociais, com o que ficaram os dois prédios, o de Letras e o das Sociais, sem elevador. Imediatamente, eu entrei em contato com

ATA

os Serviços Gerais, e foi solucionado no dia, mas por que foi solucionado no dia? Porque sempre eles atendem. A empresa que tem o elevador de Letras, eu já consultei o Maurício, o contador, se é possível romper o contrato, porque realmente é uma empresa que tem que ser demandada [judicialmente], enfim, são estelionatários, não é? A questão é que, digamos, eles, neste momento, têm prazo até dia 12 de novembro, e aceitarmos serviços de outra empresa, neste momento, traria processo por parte deles. Agora, eu sou testemunha de que desde antes da gestão anterior tem um empenho em tentar que eles respondam, porque se a gente decidir processar, coisa que eu acho ótima, não é que dessa maneira o elevador vá estar consertado. Agora, o que eu quero dizer é que não falta empenho também por parte dos funcionários, e nem da nossa parte. A respeito do ar-condicionado e dos ventiladores, bom, na reunião do CTA foi apresentada uma compra emergencial de ar-condicionado e foi determinado a que salas [ele seria destinado], privilegiando o prédio de História e Geografia, e o de Ciências Sociais. Não são muitos, mas também está feito um registro de preços por 192 aparelhos. Então, as compras demoram um pouco, não é? Na Universidade. Mas, tanto a Comissão de Infraestrutura, quanto a de Orçamento consideram que estão nas prioridades, e então assim que esse registro for liberado vamos fazer a compra daqueles que o diagnóstico acerca do que comporta a eletricidade de cada prédio permitir. Isso é outra coisa que tem que ser levada em conta, sim? Eu não queria esquecer de esclarecer sobre isso que foi perguntado. Por favor, Vagner”. *Com a palavra, Sr. Vagner Luis Carneiro de Campos:* “É bem rápido, na verdade, é mais um informe e uma pergunta que eu vou fazer, e um pedido, em nome dos estudantes de Geografia. Está acontecendo essa semana o maior projeto de extensão da FFLCH, que é a Semana de Geografia da USP, que busca trazer alunos das escolas públicas para conhecer a Universidade de São Paulo, e também para apresentar projetos que eles constroem ao longo do ano, baseados em um tema da Geografia e que é desenvolvido durante esse ano pelos professores lá do departamento, e, enfim, esse ano é a maior edição da História, com 1.200 estudantes de escolas públicas que a gente trouxe para a Universidade de São Paulo. Eu queria aqui em nome da comissão organizadora e dos alunos da Geografia agradecer à professora Heloisa, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, por ter mediado junto à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento a isenção deles [os alunos de escolas públicas] para usar o bandeirão, já que o Departamento de Geografia estava sem condições de pagar naquele momento. Gostaria também de agradecer a todos os professores do Departamento de Geografia, que abriram mão de suas aulas para que os alunos do

ATA

departamento pudessem aproveitar as atividades da semana. Tendo isso em vista, eu queria também fazer um pedido ao professor Wagner, que está na Comissão de Cultura e Extensão, atualmente como presidente, se, isso em nome da Comissão, não é?, e das nossas professoras orientadoras também, se o senhor poderia verificar nesse edital da PRCEU [Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária], se é imprescindível que se cumpra o critério [que estipula] que o projeto de extensão tem que [abranger] mais de uma unidade. Porque isso é muito injusto, e se puder tentar revertê-lo em outras instâncias [seria o melhor]. Esse projeto [citado], por exemplo, da FFLCH, é só da FFLCH, mas ele esse ano trouxe 1.200 alunos de escolas públicas para conhecer a Faculdade. Acho que isso merecia ser financiado, já que a gente não tem financiamento algum. Era só isso”. *Com a palavra, Sra. Vitória Passos Viana:* “Oi gente, boa tarde. [Vou] Aproveitar aqui que teve o convite da turma da Geografia para falar sobre a Semana de História, não é?, que também é um projeto de extensão, vinculado ao PET, que é o Programa de Educação Tutorial; ocorreram semana passada várias mesas relacionadas à Semana de História, e esse projeto é diferente da Semana de Geografia, não é voltado para a Educação Básica [de alunos na idade própria], é voltado para os alunos de EJA. A gente traz esses alunos de EJA para dentro da Universidade, faz com que eles conheçam, participem, e nesse sábado a gente vai fazer o grande evento final, que era para ter sido sábado passado, mas por conta do fechamento do campus não ocorreu, e fica aqui o convite para todo mundo [aparecer], que a gente tem desenvolvido um trabalho bem grande com os alunos de EJA, são três escolas, mais de seis turmas, então são vários alunos que virão até a Universidade, apresentarão os projetos que eles vêm desenvolvendo, e é muito importante que tenha a colaboração de todo o corpo docente e discente, e dos funcionários. É isso. Obrigada”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Muito bem. Obrigado. Agora eu queria que passássemos para a pauta. Vou propor que comecemos pelos itens de pauta, digamos, de votação mais simples, tudo bem? Concursos, bancas etc. E depois ir para as questões da Ordem do dia, está primeiro o Plano de Carreira, que eu preciso explicar um pouquinho também por que está em pauta da Congregação; e depois tem uma série de moções, e ao final uma proposta da professora Maria Augusta”. Itens de pauta: II - ORDEM DO DIA. 2 - CONCURSO DOCENTE - LIVRE-DOCÊNCIA - RELATÓRIO FINAL - (votação aberta): 2.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS - ÁREA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS EM FRANCÊS - Disciplina: O ensino e a aprendizagem do Francês como Língua Estrangeira - Edital FFLCH Nº 001-2024 de

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

29/12/2023 (Proc.: 23.1.550.8.0) - Realização: 07 a 09 de outubro de 2024. Candidata aprovada e indicada: Profa. Dra. Eliane Gouvea Lousada RELATÓRIO FINAL.pdf - 2.2 - DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - ÁREA DE ETNOLOGIA AMERÍNDIA - Edital FFLCH N° 058-2024 de 05/07/2024 (Proc.: 24.1.991.8.8) Realização: 21 a 23 de outubro de 2024. Candidata aprovada e indicada: Profa. Dra. Marta Rosa Amoroso RELATÓRIO FINAL.pdf - **APROVADOS POR UNANIMIDADE**. II - ORDEM DO DIA. 3. - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - AÇÕES AFIRMATIVAS - votação aberta: 3.1 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - ÁREA DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA - Edital FFLCH/FLF N° 048-2024 de 25/03/2024: Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - n° 1247484 - Proc.: 24.1.276.8.7 - Banca de heteroidentificação: Olga Ferreira Coelho Sansone, Marie Marcia Pedroso, Robson Dantas Vieira, Fernanda Landucci Ortale, Maria Cristina Correia Leandro Pereira. Parecer favorável aos candidatos: Danilo Henrique Nunes, Pablo Biondi, Thiago Dias da Silva. RELATÓRIO HETEROIDENTIFICAÇÃO - EDITAL FLF 048- 2024 - DR -.pdf - **APROVADO POR UNANIMIDADE**. II - ORDEM DO DIA. 4 - CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO (votação aberta): 4.1 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - ÁREA DE GEOGRAFIA REGIONAL - Edital FFLCH/FLG N° 029-2024 de 29/12/2023 - Proc.: 23.1.2629.8.3 - Relator: Prof. Dr. Luis César Guimarães Oliva - Parecer favorável: Flávio de Arruda Saron, Marina Aires, Larissa Alves de Lira, Daniel Bruno Vasconcelos, Gustavo Henrique Cepolini Ferreira, Marina Regitz Montenegro, Simone Affonso da Silva, Maria Joseli Barreto, Amanda Cabette dos Santos Macedo, Henrique Faria dos Santos, Rinaldo Gomes Pinho, Mait Bertollo, Gustavo Felipe Olesko, Luciana Aparecida Iotti Ziglio, Fábio Teixeira Pitta, Bruno Picchi, Eudes André Leopoldo de Souza, Caio da Silveira Fernandes, Cristina de Moraes, Jean da Silva Cruz, Gustavo Francisco Teixeira Prieto, Higor Ferreira Brigola, Igor Venceslau Freitas, Franciele Miranda Ferreira Dias, Ricardo Abrate Luigi Junior. Parecer Inscricao - congregacao - Luis Cesar Guimaraes Oliva.pdf - Parecer desfavorável: Sergio Henrique de Oliveira Teixeira, Giovana Mira de Espindola, Kesia Anastácio Alves da Silva. 4.2 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - ÁREA DE GEOGRAFIA POLÍTICA - Edital FFLCH/FLG n° 030-2024 de 29/12/2023 - Proc.: 23.1.2630.8.1 - Relator: Profa. Dra. Mônica Ferreira Mayrink O'Kuinghttons - Parecer favorável: Gustavo Nagib, Daniel Bruno Vasconcelos, Larissa Alves de Lira, Fabiana Pegoraro Soares, Filipe Giuseppe Dal Bo Ribeiro, Thiago Oliveira Neto, Flávio Ribeiro de

ATA

Lima, Luciana Aparecida Iotti Ziglio, Tatiana de Souza Leite Garcia, Marcel Azevedo Batista D'Alexandria, Ricardo Devides Oliveira, Higor Ferreira Brigola, Sergio Henrique de Oliveira Teixeira, Everton Luís de Souza Júnior, Ricardo Abrate Luigi Junior, Jonathan da Silva Marcelino. Parecer membro congregação - inscrição - Monica Ferreira Mayrink.pdf - Parecer desfavorável: Giovana Mira de Espindola, Marcos Antônio Fávaro Martins, Maria Luísa Telarolli de Almeida Leite, João Victor Moré Ramos. 4.3 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA - ÁREA DE ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA - Edital FFLCH/FLF N° 048-2024 de 25/03/2024 - Proc.: 24.1.276.8.7 - Relator: Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima - Parecer favorável: Danilo Henrique Nunes, Adriana Carvalho Novaes, Thiago Vargas Escobar Azevedo, Gustavo Hessmann Dalaqua, Alberto Edmundo Fabricio Canseco, Pablo Biondi, Thiago Dias da Silva, Ana Leticia Adami Batista, Eugênio Mattioli Gonçalves, José Marcelo Ramos Siviero, Felipe Catalani, Ana Claudia Lopes Silveira, Tatiana Aparecida Picosque, Sebastián Rudas Neyra, José de Resende Júnior, Andre Scoralick, Lucas Cardoso Petroni, Christiane Cardoso Ferreira, Rodrigo Ribeiro de Sousa, Edson Donizete Querubini, Yuri Brandão Ulbricht, Eduardo Wolf Pereira, Rafael Koerig Gessinger, Marília Lopes de Figueiredo do Espírito Santo, Dodsworth Magnavita de Carvalho, Diego dos Anjos Azizi, Pedro Mauricio Garcia Dotto, Daniel Peixoto Murata, Daniel Arvage Nagase, Fabíola Alves Alcântara, Maria Cecília Pedreira de Almeida, Flora de Carvalho Mangini, Antonio Fernando Longo Vidal Filho, Paulo Roberto Monteiro de Araujo, Guilherme Grané Diniz, Priscila Cespede Cupello, Patricia Nakayama. Parecer inscr Ricardo da Cunha Lima.pdf - Parecer desfavorável: Edson Zeton Chamizo, Adriana Ribeiro Alves. **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA. 6. CONCURSO DOCENTE - DOUTOR - RELATÓRIO FINAL - (votação aberta): 6.1 - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - ÁREA DE TEORIA E MÉTODO DA GEOGRAFIA - Edital FFLCH/FLG N° 031-2024 de 29/12/2023 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - n° 1241893 - Proc.: 23.1.2631.8.8 - Realização: 30 de setembro a 04 de outubro de 2024. Candidatos aprovados: Larissa Alves de Lira, Fernando José Coscion, Marina Regitz Montenegro, Igor Venceslau Freitas. Candidata aprovada e indicada: MARINA REGITZ MONTENEGRO Relatorio Final Teoria e Metodo Geo.pdf - 6.2 - DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA - ÁREA DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA - Edital FFLCH/FLT N° 004-2024 de 26/12/2023 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - n° 1241745 - Proc.: 23.1.2552.8.0 - Realização: 23 de setembro a 02 de outubro de 2024.

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ATA

Candidatos aprovados: Renan Nuernberger, André Barbugiani Goldfeder, Maurício Oliveira Santos, Bruna Della Torre Carvalho Lima, Gabriela Siqueira Bitencourt, Miguel de Ávila Duarte. Candidato aprovado e indicado: RENAN NUERNBERGER Relatorio final.pdf - 6.3 - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - ÁREA DE HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA - Edital FFLCH/FLH nº 010-2024 de 03/01/2024 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - nº 1247000 - Proc.: 24.1.3.8.0 - Realização: 07 a 11 de outubro de 2024. - Candidatos aprovados: Victor Santos Vigneron de La Jousselandière, Adriana Salay de Oliveira, Renata Costa Reis de Meirelles, João Batista Teófilo Silva, Fernando Seliprandy Fernandes. Candidata aprovada e indicada: ADRIANA SALAY DE OLIVEIRA Relatorio Final.pdf 6.4 - DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - ÁREA DE TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA - Edital FFLCH/FLH nº 012-2024 de 04/01/2024 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - nº 1242512 - Proc.: 24.1.21.8.9 - Realização: 14 a 18 de outubro de 2024. Candidatos aprovados: João Rodolfo Munhoz Ohara, Felipe de Souza Dias Brandi, Matheus Treuk Medeiros de Araújo, André Jobim Martins. Candidato aprovado e indicado: JOÃO RODOLFO MUNHOZ OHARA RELATÓRIO FINAL.pdf - 6.5 - DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS - ÁREA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS EM INGLÊS - DISCIPLINA DE LITERATURA INGLESA - Edital FFLCH/FLM nº 019-2024 de 28/12/2023 - Cargo: 01, RDIDP, Ref. MS-3 - DOUTOR - nº 1242431 - Proc.: 23.1.2617.8.5 - Realização: 14 a 18 de outubro de 2024. Candidatos aprovados: Lindberg Souza Campos Filho, Daniel Lago Monteiro, Mariana Bolfarine. Candidato aprovado e indicado: LINDBERG SOUZA CAMPOS FILHO Relatório final.pdf. **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** II - ORDEM DO DIA. 7. INGRESSO E/OU RENOVAÇÃO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SÊNIOR (votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque): 7.1 - O Departamento de História encaminha “Ad-Referendum” da Plenária do Departamento, o pedido de ingresso como Professor Sênior para que o senhor Osvaldo Luis Angel Coggiola, Cod. Pes.: 85493, inicie sua Colaboração como Professor Sênior desta Unidade. Processo USP 2024.1.1470.08.1. Ingresso Professor Senior.pdf - 7.2 - O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas encaminha o pedido de renovação como Professor Sênior da Profa. Simoni Caputo senior simoni caputo.pdf - **APROVADOS POR UNANIMIDADE.** *Com a palavra, Profa. Dra. Elizabeth Cancelli:* “Boa tarde. Eu gostaria de fazer um apelo muito simples à Comissão de Internacionalização, que ela preste atenção [ao seguinte fato:] nós, os professores, estamos tendo problemas com alunos matriculados em

ATA

nossas disciplinas, algumas delas bastante complexas, e eu acho que a comissão deveria prestar um pouco de atenção ao programa e à proposta das disciplinas; [por exemplo,] eu tenho duas alunas chinesas que não falam outra língua a não ser o chinês, elas não falam inglês, não falam português, e eu tenho a impressão de que a Comissão de Internacionalização as matriculou por que é um curso de Brasil República, mas é um curso de nível universitário, não é um curso de informação; ou seja, essas meninas estão muito perdidas, se sentem muito mal em sala de aula, e para nós, professores, é um problema. Obrigada”. Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Obrigado, Elizabeth. Você já tinha trazido essa inquietação para mim; eu entrei em contato com a CCInt, e foram localizadas as alunas que você me passou. Foi num momento em que a CCInt estava em transição, mas eu encaminhei isso com a Vivian. Foram localizadas e foram postas em contato com um grupo de alunos de Chinês, da nossa habilitação em Chinês, que precisamente tentam essa ajuda. Mas, enfim, é bom que a reunião da CCInt considere o assunto de um modo um pouco mais geral. Não só para estes casos. Bom. Sobre o Plano de Carreira, eu quero explicar um pouco o que aparece aqui na pauta, por que colocamos isso na pauta, não é? Uma das coisas que eu disse é que talvez a principal carência que a nossa Faculdade enfrenta hoje é funcional, e desde que a gente assumiu todo dia recebe pedidos, ‘precisamos de funcionários’, ‘precisamos de funcionários’. E a progressão na carreira [administrativa], da mesma maneira que a progressão na carreira docente, deu lugar a várias reuniões, polêmicas, lembram vocês quando queriam ranquear, todas as reuniões que tivemos, todas as discussões? O mal-estar que pode causar uma progressão funcional mal-sucedida, é importante que saibamos que vai afetar o cotidiano de todos nós, porque tem todo tipo de funcionários que estão desconformes, não é? Então eu vou fazer um pequeno histórico, um pequeno relato do que aconteceu desde 08 de outubro, que foi quando começou isso tudo. Bom. Fomos convocados, os diretores de unidade, e também Pró-Reitores, enfim, todos os chamados ‘dirigentes’, a uma reunião no Salão do Conselho Universitário, na Reitoria, com pessoas de Recursos Humanos, para nos explicarem como ia ser a progressão. A princípio foi uma explicação por slides, e por grupos, tipo workshop, e sinteticamente o que provocou uma certa preocupação de vários diretores presentes, em especial da Silvana e de mim, foram duas coisas. Peço que vocês imaginem como seria isso nos departamentos em que vocês estão. Primeiro: todos os funcionários, conforme a informação que recebemos naquele workshop, todas e todos os funcionários aptos para progredir, aprovados para

ATA

progredir (o que está planejado para que seja a grande maioria dos funcionários), tinham que ser classificados em quatro faixas: prioridade alta, prioridade média-alta, prioridade média-baixa e prioridade baixa. Isso quanto aos aptos para progressão. Dentro dessas faixas, os limites eram: no mínimo 15% [dos funcionários deverão se enquadrar na prioridade] baixa; no máximo 15% [dos funcionários deverão se enquadrar na prioridade] alta. Comecem a se projetar como chefes tendo que escolher 15% de baixos, dentre os funcionários que trabalham com vocês. Acho que não é fácil, não é? Sabemos que é importante hoje que os funcionários trabalhem à vontade, então você imagine ter que dizer, ‘Olha, você, ele e aquele são baixos. Ele ali é alto, e o outro também’. Mas não parava aí, a coisa. Graças a uma pergunta que fizemos, durante o workshop, soubemos também que dentro dessas faixas tinha que haver um ranqueamento numérico, funcionário número 13, número 14, número 216, número 71, número 5 e número 3. Bom, vocês podem imaginar que foi uma coisa um pouco preocupante, não é? Eu já imaginava as chefias brigando, porque, claro, todo mundo quer que os funcionários que estão aqui estejam contentes, e aí, bom, [surgiram] questões de mágoa, e tudo que pode advir [de um procedimento como esse]. Chamamos uma reunião, que aconteceu no dia 14 de outubro, com todas as chefias funcionais e de departamentos (e vários dos que estão aqui estiveram naquela reunião), apresentamos os slides, mostramos também que os critérios podiam ser definidos por cada unidade, convidamos a representação funcional, sindical, estavam o João, o Felipe e a Patrícia etc. Muito bem. Não era uma reunião para votar nada, era para que nós escutássemos pois no dia seguinte eu tinha que comparecer no CO, [e era preciso] ver o que [os nossos funcionários] diziam [daquele problema]. Sem haver perfeito consenso entre todos que estavam ali, [nós concordamos que,] primeiro: [são necessários] critérios objetivos, e mensuráveis. Então, por exemplo, [deverão ter prioridade:] a) funcionários com mais tempo sem progressão; b) funcionários que estão no nível 1; c) funcionários com salário menor. Aí, eu preparei uma fala para o Conselho Universitário, e dos cinco minutos de fala que temos, quatro minutos e meio [eu usei] explicando que a nossa faculdade tem uma vocação não-concorrencial entre si, que prezamos o trabalho colaborativo, que pensamos que a concorrência tem que ser da USP para fora – se quiserem, está aí no Youtube do Conselho, sim? – e concretamente propondo duas demandas da Faculdade. Primeira: que o montante que ia ser votado ali fosse distribuído entre as unidades conforme a quantidade de funcionários elegíveis; segunda: que não houvesse nenhum tipo de ranqueamento, que a progressão consistisse em ‘Aprovado /

ATA

Não Aprovado'. E aí, já no momento do Conselho havia algo que evidentemente tinha mudado. Em primeiro lugar, aquele cronograma que foi fornecido no workshop já não estava funcionando; dia 09 tinha que começar a inscrição dos funcionários, que ia do dia 09 ao dia 15, e no dia 15, que era o dia do Conselho, não tinha aparecido nada no Marteweb. Então era evidente que a coisa tinha atrasado. Além disso, depois da minha fala o Reitor disse que com as modificações que eles tinham pensado, com certeza a gente ia ficar contente, não é? Enfim. Aí, outras falas do Reitor sinalizavam que a repartição do montante seria proporcional, mas não entendíamos bem como, e, bom, eu coloquei o item em pauta porque foi dito no Conselho Universitário que ia ser publicada uma portaria na segunda-feira [seguinte], e então eu pensei que já tendo uma portaria, que diga mais claramente como são as coisas, então podemos conversar um pouco sobre isso, não é? Me parece que isso é algo que interessa, porque, se ficasse como estava antes, íamos ter bastantes problemas; podemos ter também com a resolução que houve depois; [o fato é que] me parece muito importante lembrar que esta Congregação rejeitou o ranqueamento de professores, e eu creio que vai ser bastante difícil, na progressão de professores que vai haver ano que vem, defender que não seja por ranqueamentos, e a gente alegremente aceitou que a de funcionários seja. Assim, me parece que há vários motivos para trazer o assunto aqui, fora o desconforto que pode gerar. Muito bem. O que há de novo na portaria que apareceu ontem? Efetivamente, não vai haver um ranqueamento. O que é que tem? Aparece na portaria de ontem que, para que cada funcionário possa preencher o requerimento no sistema Marteweb, têm que haver acontecido três coisas; naquele questionário de avaliação, que muitos de vocês viram, lembram?, o das perguntas sobre interação com os colegas, enfim, tudo isso (eu fui avaliador como par, eu não era chefe, e tive dúvidas sobre como preencher algumas coisas), pois bem: no resultado disso, para que a pessoa possa se candidatar, têm que acontecer três coisas. Primeira: no item final que havia, se atendia plenamente os requisitos do seu nível de complexidade, tínhamos várias opções, 'Atende plenamente', 'Atende parcialmente', 'Atende plenamente e está de prontidão para novos desafios' etc. Dessa pergunta, é considerado o que a chefia respondeu, e só poderiam progredir verticalmente aqueles que a chefia colocou como 'Atende plenamente e está de prontidão para novos desafios'. [Por sua vez,] só poderiam progredir horizontalmente aqueles que a chefia colocou como 'Atende plenamente'. Como isso se cruza com uma outra limitação, que [estabelece que] só podem progredir verticalmente os do nível 1 – algum funcionário pode explicar a carreira para vocês, mas tem vários níveis,

ATA

como os nossos, e somente o nível 1 de cada classe, Técnico 1, Superior 1 e Básico 1 podem progredir verticalmente; horizontalmente podem todos – [cabe questionar como] alguém do nível 1, vamos supor que o chefe, entenderá esse ‘estar de prontidão para novos desafios’ – porque se estivesse formulado como ‘É apto para a progressão na carreira’, eu acho que seria mais claro; a ‘prontidão para novos desafios’ eu realmente não compreendo muito bem. E mais, olha, imagina as projeções que uma pessoa responsável pode ter feito, por exemplo, ‘Eu sou o chefe, se eu digo isso será que estou dizendo que ele tem que me substituir?’”, não sei, estou pensando coisas que alguém pode imaginar, não é? Ou o chefe de departamento docente, que também não tem (não temos) muita ideia de como é a carreira dos funcionários; eu fui chefe de departamento por quatro anos e aprendi a carreira agora. Tive que aprender na marra, para esta situação. E um [terceiro] outro motivo de exclusão é que nas perguntas mais gerais, aquelas cujas respostas em geral eram com um advérbio de frequência, uma locução adverbial de frequência, ‘Sempre’, ‘Às vezes’, ‘Nunca’, ou ‘Quase sempre’, não me lembro bem, [o funcionário] tem que ter tido ‘Sempre’ ou ‘Frequentemente’ em 67% das respostas. [Mas,] Pelo que se tem estudado, o que se viu rapidamente é que isso não produziria tantos problemas, o problema é com essa [pergunta] final, esse ‘prontidão’ ou ‘não prontidão’. Bom. Na reunião que houve, em que víamos o risco do ranqueamento, eu lembro que vários chefes de departamento, por exemplo o Anselmo Alfredo, diziam, ‘A Reitoria está querendo jogar para nós o custo de decidir’. Mas, parece que decidiram não jogar para a gente, [mas sim] fazerem eles esse corte. Um problema, contudo, é que o Marteweb não habilita a pessoa a se inscrever. Por mais que tente, por mais que digamos, ‘Bom, se se inscreve, vamos progredir’, não há essa possibilidade. E enfim, estamos com esse problema, e até dia 03 de novembro os funcionários têm que fazer, a partir de terça até 03 de novembro, têm que fazer o requerimento. Muito bem. Eu já sei que vários diretores questionaram se isso não podia ser aberto, uma vez que talvez tenha havido avaliações não muito justas, e seria interessante lembrar também que, no caso, essa etapa de avaliação, que não era para progressão, que era uma avaliação prévia, não [previa a possibilidade de se interpor] recurso. Quer dizer, estaria sendo bloqueada a possibilidade recursal, porque haveria um setor que já não tem direito. Faz sentido o que estou explicando? Sim? Bom. Por outra parte, [quanto a] os comitês que têm que se formar, isso também se simplificou, eu acho que vai ser bem mais fácil; os comitês têm que ser constituídos [observando-se certas regras, por exemplo,] a Direção não pode estar neles, mas pode nomeá-los. Pode haver

ATA

membros externos, quer dizer, de outras unidades (e eu penso que é interessante que haja pessoas de outras unidades). Agora, o trabalho desses comitês não é o problema, porque agora eles não têm que ranquear, priorizar nada. Imagino que se baseando no que está nas avaliações, todos que conseguirem clicar vão ser progredidos nesta faculdade, porque aliás, realmente não houve avaliações assim, destrutivas, de modo geral. Tem alguns problemas, tem algumas coisas escritas que em outro momento eu vou querer que conversemos, sobre algumas coisas que é melhor não escrever, ou que não deveriam ser escritas em um sistema. Como, por exemplo, se a pessoa precisa ter mais amigos, ou se a pessoa vai muito ao sindicato, tem coisas que não apenas são ideológicas, mas que também expõem quem as fez a uma denúncia. Enfim, isso não vai entrar na avaliação, entra somente essa primeira coluna. O trabalho dos comitês, quero insistir nisso, não vai ser um trabalho de classificação, não vai ser um trabalho de hierarquização. [Indo além,] Talvez o Diretor tenha uma espécie de poder de veto, que obviamente eu não vou utilizar, não é?, nem eu nem a Silvana vamos usar nenhum poder nesse sentido, como dizer, ‘Ah, bom, o comitê decidiu progredir, mas eu digo que não’, enfim. O trabalho dos comitês não vai ser algo complicado, nem conflitante. E eu peço a solidariedade dos colegas que possam se integrar nesses comitês. Agora, temos esse primeiro problema, o de um número de excluídos que não temos claro quantos podem ser, por um formulário que quem preencheu não sabia que podia produzir uma exclusão do processo de progressão. Então esse é o meu informe. Silvana, você quer acrescentar alguma coisa? Bom, é isso o que eu tenho para informar. [Intervenção não captada pelo equipamento de áudio] Não... o sistema vai abrir na terça, e eu não sei se existe a possibilidade desse levantamento; eu entendo que só seria na unha; mas eu não sei se, por exemplo, vocês, os assistentes, têm acesso à avaliação?” *Com a palavra, Sra. Marie Márcia Pedroso:* “O que eu estou interpretando é que vai ser com base no sistema de avaliação docente; na época da avaliação docente, se este não tinha a qualificação necessária para pleitear, o sistema já não deixava abrir, e aí a lista toda só aparece no sistema do Diretor, porque o Diretor é que valida no final. Então, qualquer coisa a gente só vai ter noção a partir do momento em que abrir o sistema para os funcionários, e aí sim [será possível] tentar fazer um levantamento”. Na sequência, o que disseram os inscritos para falar, na ordem de inscrição: *com a palavra, Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida:* “Só uma sugestão, para pensar junto aqui. Em que medida a gente pode se associar a outros diretores, de outras unidades, que estejam insatisfeitos, que também estejam preocupados com isso (além da moção dos servidores). Assim como a gente

ATA

ficou muito preocupado na nossa progressão, é horrível ouvir isso da progressão dos servidores. Não nos interessa, a gente tem parcerias fundamentais com os servidores. Isso é uma armadilha, se você não colocou ‘Está de prontidão para não sei o quê, para novos desafios’, isso é uma espécie de armadilha, isso é um truque”. *Com a palavra, Sr. José Clóvis Medeiros:* “Eu só vou colocar de novo o que eu já coloquei aqui, na reunião que nós tivemos na semana passada. É que nem todos que são membros da Congregação participaram daquela reunião. Há um problema sério com essa avaliação. Essa carreira que foi pensada não conversa com a carreira passada, de dez, doze anos atrás, e nós temos um problema muito sério na Universidade que é o de quem, nela, vai assumir responsabilidades de gestão. Essa carreira, por mais que tenha sido muito pouco pensada e discutida com os funcionários, com as comunidades, ela está sendo implementada e vai ter impacto real no dia a dia das unidades. Em que sentido? As pessoas vão sair desse processo não satisfeitas. Nem copo meio vazio nem copo meio cheio: é não satisfeitas. Mesmo aquelas que forem beneficiadas. Porque vai ser um aumento, vai entrar lá no orçamento, mas não tem relação alguma com o dia a dia do trabalho. Eu queria colocar rapidamente na lousa como foi pensada a carreira anterior, e como ela não conversa com essa. O que tem a ver com a questão de a pessoa poder assumir cargos, ou de chefia, ou de assistência, ou de secretaria, e assim por diante. Se vocês me permitirem, é rapidinho, e aí eu mostro o vácuo que isso significa para a Universidade. É um problema sério. Quem gere o dia a dia dessa faculdade, passa mais tempo, sabe o que eu estou dizendo aqui. Como é que você vai lidar com a falta de expectativas das pessoas daqui para a frente? Porque hoje nós temos essa carreira, daqui a pouco vamos ficar dez anos de novo sem ter, e quais vão ser os impactos nessa relação que a gente tem no dia a dia? Se vocês me permitirem, é óbvio, eu não quero atrapalhar a reunião, é rapidinho, só colocar na lousa...”. O Sr. José Clóvis Medeiros coloca na lousa o quadro de evolução funcional anterior ao que está sendo implementado agora. *Com a palavra, Sr. João Carlos Borghi Nascimento Bruder:* “Bom, gente, só reforçar. A gente tem uma proposta [construída] a partir de reuniões de funcionários aqui da FFLCH, e, enfim, podem ser feitas adequações, mas a gente vai estabelecer, está estabelecendo, critérios objetivos para [se propor] prioridades em relação à progressão na carreira. O que a gente vai fazer é redução de danos, no sentido de tentar amenizar todo esse descompasso que tem, de uma carreira que foi doze anos atrás, tinha previsão de acontecer de novo e nunca mais aconteceu, [e esta de agora], então a gente vai discutir todos esses critérios, e a gente espera que a nossa decisão coletiva seja respeitada

ATA

pela Faculdade em todas as suas instâncias. Eu queria na verdade ler: ‘A Congregação da FFLCH manifesta sua contrariedade ao impedimento de que parte dos funcionários possa concorrer no processo de progressão na carreira, em curso, tendo como base itens da avaliação de desempenho que o antecedeu. No período avaliativo, sequer as chefias sabiam que poderiam estar eliminando previamente o seu subordinado da possibilidade de progressão vertical ou horizontal, a depender das opções assinaladas no formulário. Os avaliados sequer tiveram a possibilidade de recorrer à avaliação dada pelas chefias, e são surpreendidos agora com esse impedimento por critérios que não estavam previamente estabelecidos.’ Acho que essa manifestação da Congregação é importante, não é?, acho que com o apoio da Direção da Faculdade e todas as articulações também, no sentido de fazer coro ao movimento de funcionários que obviamente está questionando esse critério absurdo”. *Com a palavra, Prof. Dr. Waldir Beividas:* “Bom, pessoal, pode ser que o que eu vou falar seja fruto de uma inexperiência de gestão; mas, considerando os seguintes pontos. Desde a época do Zago, lembrem das páginas amarelas da Veja do Zago, quando entrou a questão do produtivismo, quando ele entrou com a ideia de CAI [Câmara de Avaliação Institucional] e CAD [Câmara de Atividades Docentes], quando veio toda aquela tragédia da progressão dos docentes etc., com todos os resultados negativos desse sacrifício que nós fizemos naquela época. Parece que é um sadismo mesmo. E eu diria assim, caso não haja a possibilidade de incorporação da sugestão dos funcionários, porque, enfim, quando essa máquina de produção de portarias entra em ação, dificilmente você reverte. Então é simples, que essas comissões todas que vão se formar deem a nota do topo, para todo mundo, porque o princípio número 1 é a boa convivialidade de um departamento, não é alguém ser reprovado por idiosincrasias pessoais, por falta de convivência pessoal, ou por algum estilo de funcionário. Todos somos violentados por um sistema que nos assola, desde baixo, então todos somos vítimas de uma violência anterior. Assim, a maneira como a gente devolve a bola para a Reitoria, e não assimilamos em nós a responsabilidade de ser o Holocausto, a guilhotina de um funcionário, que demos as melhores notas para todos os funcionários, aí quero ver o que a Reitoria vai fazer”. *Com a palavra, Sr. Felipe Costa Sunaitis:* “Bom, eu me inscrevi só para deixar um pouco claro, também, para as pessoas, para entender um pouco, não é?, porque às vezes fica um pouco difícil para entender, uma vez que são categorias diferentes, mas a gente nem considera uma carreira isso, não é?, porque a carreira dos professores, por exemplo, você tem uma tese, você tem tantos artigos publicados, é um critério objetivo, por mais produtivista

ATA

que seja; no nosso caso nem isso é, a gente está há dez, doze anos [sem progredir], tem gente que está há trinta anos e é Básico 1 aqui ainda. Então não é uma questão de carreira, é uma distribuição de verba que a Reitoria está fazendo, por questão política mesmo, para falar que fez, porque, enfim, ela criou uma comissão chamada CCRH [Comissão Central de Recursos Humanos], que era para os funcionários participarem, uma comissão eleita por funcionários, professores e tudo mais, e ela [a comissão] nem foi chamada, nem teve uma reunião sobre isso. Saiu sei lá de onde, quem viu, quem teve oportunidade de ver parece que eles fizeram com ChatGPT mesmo, você não consegue entender as perguntas, são repetitivas, então a gente nem considera isso como uma carreira, porque carreira é o que o pessoal já falou aí, você cumpre determinadas situações e você vai subindo. A gente está dez anos sem nada, a gente ficou aqui sobrecarregado tantos anos, ficamos aqui na época da pandemia sem quinquênio, sem sexta-parte, porque a Reitoria seguiu o que o governo do Estado pensou naquele momento, mas enfim, a gente trabalhou, e acho que todo mundo aqui merece, porque se os nossos rankings estão altos, é porque os funcionários, os professores, os estudantes fazem parte disso, não é? Assim, o que a gente pensou nesse sentido? Sendo uma distribuição de verba, ontem a gente estava conversando na nossa reunião – que foi cheia, teve quase setenta pessoas, e em relação a uma unidade que tem 270 funcionários, é uma reunião muito cheia – e uma proposta que veio dos funcionários, para a qual a gente pegou e usou como parâmetro a própria FFLCH, foi a seguinte: com a verba que a Reitoria está falando daria para fazer todos os funcionários avançarem uma letra, ao menos; a gente usou o nosso parâmetro de R\$1.200,00 como um piso, e daria, subindo uma letra, daria R\$ 1.200,00 a mais e todo mundo poderia. Claro que a Reitoria vai dificultar isso ao máximo, mas politicamente a gente demonstrou que é possível. É que não é uma vontade política, de dizer que todos nós aqui temos méritos, sim, claro, embora a gente também não goste dessa palavra, ela é meio complicada, porque às vezes entra nessa questão produtivista que o professor falou, mas enfim, acho que era só colocar isso que foi discutido, e quem quiser ter acesso também, a gente fez a planilha e tudo mais. Só para finalizar, falar com as comissões de Direitos Humanos que esses critérios subjetivos que ficam na mão dos chefes são muito problemáticos, e humilhantes também, por exemplo tem questões muito sérias de capacitismo no âmbito deles, avaliações às quais a gente teve acesso, [por exemplo] a pessoa tem laudo de TDAH, e aí o chefe coloca lá dizendo que ela não tem atenção e que ela não pode [progredir], a outra tem problema de locomoção e não pode também, enfim, questões que

ATA

limitam e a política que a Reitoria vem dizendo pela PRIP que é de acessibilidade etc., não é colocada em prática, na prática. Então tem muitos problemas, de várias ordens, ali, e a gente considera muito importante que seja reaberta [a avaliação], porque além da questão da progressão em si, tem funcionário que nem queria progredir porque achou que já progrediu na última e não ia progredir nessa, e ficou desgostoso com a avaliação que teve. Porque trabalha há anos aqui e teve falas [muito depreciativas] na avaliação, e esta fica registrada, a gente não sabe o que a Reitoria vai fazer também. Ou seja, essa abertura é muito importante porque se não acontecer virá o que todo mundo está falando, problemas seríssimos”. *Com a palavra, explicando o quadro de evolução funcional posto na lousa, Sr. José Clóvis Medeiros:* “Hoje, a ascensão se dá de forma vertical, ou horizontal. Esse é o Plano de Carreira atual, está em vigor. Então, as pessoas foram congeladas durante muito tempo nesta faixa aqui [B1, T1, S1]. A evolução que está se colocando, ela vai se dar, se houver, de B1 para B2, por exemplo, ou na horizontal, de uma letra para a outra, isto é, de B1 A para B1 B. Qual é o problema que eu vejo nesta avaliação [a que está em pauta], e que não se comunica com a anterior? É a questão de as pessoas poderem assumir os cargos de gestão. Me corrija, Fred, se eu estiver errado, mas hoje, para você assumir um cargo de gestão você deve ser ou do nível Superior, ou do nível T4 da carreira de Técnico. O Básico é a categoria mais penalizada. Aliás, a Reitoria acabou com o ingresso no Básico. Agora, só Técnico e Superior. E eu pergunto: quem vai cuidar dos biotérios? Mas, continuando, o grande problema está aqui [e ele traça círculos nas áreas correspondentes ao intervalo do nível B2 até o B4, T2 até o T4, e S2 até o S4, compreendendo todas as letras de cada nível], ou seja, ela não satisfaz, de modo geral, a gestão da Universidade. Então essa é a minha maior crítica a esse processo todo”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Sim, sim. Esclareço inclusive que é porque quem está nos níveis 2, 3 e 4 de cada classe não pode, nesta ocasião [em pauta atualmente], ter progressão vertical”. *Em aparte, Sr. João Carlos Borghi Nascimento Bruder:* “É uma palavra muito rápida, professor Adrian. Primeiro que a gente é contra os outros níveis não poderem progredir verticalmente. Claro que essa é uma batalha ainda árdua, não é?, mas a gente ainda é contra não haver essa possibilidade. Segundo, os básicos, que não estão mais sendo contratados, estão fazendo serviço de técnico, [mesmo] de superior. Terceiro e último, esse problema dos cargos de chefia de que o Clóvis falou é um problema da portaria, que limita que só pode ser chefe quem estiver em tal nível de carreira. Eu acho que não é razoável buscar corrigir o problema dessa portaria priorizando progressões de

ATA

quem já está acima na carreira. Eu estou dizendo isso porque o problema é a portaria, não devíamos ter essa portaria. Qualquer técnico deveria poder ser chefe. Qualquer básico deveria poder ser chefe”. *Com a palavra, Prof. Dr. Anselmo Alfredo:* “Bom. Acho que eu não acrescentaria muito mas eu quero reforçar algumas coisas. É rápido. Eu estou muito de acordo com o que o professor Waldir falou. Eu acho que esses momentos são momentos políticos muito importantes na Universidade, de nossa organização, de nossa participação, de nossas reivindicações, é evidente que toda essa política meritocrática é uma política cisionária, e se ela é uma política cisionária, no sentido de que vai cindir o cotidiano do trabalho das unidades, dos departamentos, ela é uma coisa absolutamente avassaladora. Então, melhor do que a gente ficar compreendendo, e tem que compreender, os processos de ascensão, melhor é derivar as resultantes políticas de nossa luta por uma universidade pública de qualidade e gratuita. E nesse sentido, quando vieram aqueles formulários, ‘Chefe! Porque não sei o que mais, e tal...’, ‘Isso é o chefe quem vai fazer!’, é evidente que esses formulários estão empoderando os chefes. Mas nós não podemos assumir esse empoderamento. De jeito nenhum. Jamais. Porque isso é uma política em favor daquilo que é absolutamente contra o que a gente pensa em termos de uma universidade pública. Então, no meu modo de entender, é melhor reunir os funcionários, conversar com eles, e [estabelecer] a partir deles o que isso significa do ponto de vista da cisão, da nossa luta em prol de uma universidade pública, e estabelecer uma estratégia para que isso continue na mão da Reitoria; isso não tem que cair na mão de chefe, não tem que cair na mão de funcionário, que fique falando mal do seu colega, para ver se assim ele na concorrência fica melhor. Porque é muito mais importante que o corpo funcional esteja unido numa proposta do que nós assimilarmos toda essa política cisionária que vem em todas as instâncias, pela Reitoria. E há um segundo aspecto e aí eu encerro. Não tem exatamente a ver com isso que nós estamos falando, mas ao mesmo tempo tem, e por isso eu vou falar. Pelo menos acho que tem. Olha, a sociedade em que nós estamos vivendo hoje é uma sociedade que dispensa as pessoas de todos os postos de trabalho. Isso é uma característica, vamos dizer assim, é uma determinação da sociedade contemporânea que muito provavelmente seja irreversível. Eu penso que seja irreversível, não é? E nessa irreversibilidade, de que as pessoas estão sendo dispensadas dos postos de trabalho, há uma coincidência que precisa ser levada em consideração, que é a coincidência de que as pessoas que são dispensadas estão colocadas no limite da reprodução da vida. Assim, há um desafio a ser feito, e qual é o desafio que nesse processo cabe à Universidade? É nós admitirmos que

ATA

nós precisamos lidar com as pessoas. Enquanto o sistema está produzindo uma expulsão das pessoas da sua realidade, a Universidade não pode ser mero reflexo disso. A Universidade tem que ter uma postura de contraposição e de proposição antagônica a esse processo. E que não haja uma associação entre a impossibilidade da reprodução da vida e a dispensabilidade das pessoas. Então, se nós formos no Plano de Carreira, que vai contribuir no enxugamento da Universidade, na aglomeração de áreas, de setores de trabalho, eu digo assim: a Universidade está sendo mero reflexo do que está ocorrendo, e ela não está tendo condições de refletir, porque ela é simples reflexo. Ou seja, é preciso estabelecer esse ponto, esse parâmetro de reflexão, no sentido de que a Universidade tenha uma contraposição de fundo, em relação àquilo que está acontecendo com a sociedade em geral”. *Com a palavra, Prof. Dr. Ricardo da Cunha Lima:* “Boa tarde. Eu só queria confirmar, não é?, porque também na posição de chefia [de departamento] eu passei por todas essas dificuldades, e eu só queria confirmar os problemas envolvidos, todos esses, que já foram comentados, eu não preciso repetir. Eu só pedi a palavra para dar essa dimensão, digamos assim, cruel, e aproveitando o quadro que o Clóvis pôs na lousa, porque depois de dez, mais de dez anos sem nenhum tipo de progressão, os funcionários, exceto os do nível inicial, B1, T1, eles só vão progredir uma letra. Então, se vocês entenderem o que significa aquele quadro, significa que depois de dez anos você só vai progredir uma letra, no mesmo nível, o que corresponde a 5% de aumento. Depois de mais de dez anos sem nenhum tipo de progressão. E, não sei se isso vai prevalecer, mas foi dito que todos os funcionários que receberem algum tipo de progressão na atual avaliação não poderão se inscrever na próxima, daqui a dois anos. Nessa lógica, se vocês olharem, quanto tempo a pessoa vai demorar para subir um nível, é uma coisa cruel essa limitação, e em todos os departamentos. Há vários funcionários que já desempenham funções de nível muito acima; eu posso dar o depoimento de uma funcionária B1 do meu departamento que faz tarefas de B3. E outros, um técnico T2 que pode no máximo aumentar uma letra. Enfim, é realmente bem complicado. É bem terrível”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Obrigado, Ricardo. Bom, então encerrando [a discussão sobre o Plano de Carreira], eu queria fazer alguns esclarecimentos. No modo como ficou agora, não tem notas. Por isso não podemos dar a mesma nota a todos porque não tem nota. Não tem priorização, no modo como ficou agora. E como já mudou duas vezes em quinze dias, vamos ver semana que vem, não é? Mas aí será outro informe. Por enquanto não tem priorização, não tem hierarquização. Qual é o entrave hoje? Que um setor de funcionários não poderão

ATA

pleitear por causa, digamos, de alguns itens desta avaliação anterior. Sobre o que falou o Felipe, da proposta de um aumento geral [de R\$ 1.200,00], me parece que essa é uma reivindicação que o Sintusp terá que mover por seu lado. O que nós vamos fazer, como Direção, é nos comprometer em manter o contato com alguns diretores que estão desconformes; ontem já havia alguns, e eu acho que quando começarem a ver o panorama, mais [diretores] vão estar preocupados, porque aí já começa a ser um problema de que a cada um deles vai chegar alguma história de algum mal resolvido. É inevitável. Então nós nos comprometemos a defender essa posição de que todos possam fazer requerimento. Pergunto se a moção como foi lida pelo João está aprovada. Sim? **APROVADA POR UNANIMIDADE.** Bom. Temos itens de pauta, outras moções. Existe a moção da Geografia, e no aditamento temos outras duas moções. Tem uma que trouxe o professor Rodrigo Ricupero sobre uma ação movida pela Adusp, e uma de estudantes pelas cotas trans. Além disso, tem uma proposta da professora Maria Augusta para iniciar discussões sobre formação de bancas em concursos. Se vocês concordarem, eu diria que a professora Maria Augusta exponha, fale sobre o que quer propor, e depois passamos às moções, pode ser? Sim? Então, Augusta, por favor”. *Com a palavra, Profa. Dra. Maria Augusta Vieira:* “Bom, gente, boa tarde, quase boa noite. Isso aqui me motivou a fazer nessa reunião, porque eu fiquei muito sensibilizada na última Congregação, especialmente com a fala do Ricardo, que pedia para nós nos manifestarmos com relação àquele concurso, o de literatura brasileira. Aquilo me fez pensar muito em tudo que vinha acontecendo com relação aos problemas voltados para concursos etc. Naquele dia eu não falei nada, porque não adiantava. Havia tido a fala do Paulo, a fala do Adrian, e estava na cara que aquilo não iria adiante. Então eu fiquei quieta mas fiquei extremamente incomodada (tinha a fala da Marilza, também). Aí eu pensei em algumas possibilidades de alterar o Regimento nosso, para deixar alguns princípios mais claros. Então eu vou comentando, e lendo aqui com vocês. Na verdade, é uma reformulação mais ampla do que é propriamente banca. Eu pensei, em vários níveis, sete pontos. É coisa para a gente conversar para adiante, é coisa para se montar uma comissão, pensar, mudar Regimento não é fácil, mas eu acho que a gente tem que começar a pensar nisso, acho que a leva dos concursos já passou, eu não sei se nós teremos muitos no ano que vem [intervenção do professor Adrian: ‘Temos, ainda. Tem mais concurso, sim’], ah, sim? Então, que venham mais concursos, mas, enfim, que a gente pense um pouco nessas coisas enquanto há tempo. Então eu pensei: questão da montagem das bancas. Primeiro, que ela [a banca] seja

ATA

constituída em consenso com a área didática. Porque não pode haver discordância com relação a uma montagem de banca e depois a área toda se coloca contra. Que não haja vínculos prévios entre a banca e os candidatos, ou seja, que entre banca e candidatos não haja vínculos do tipo orientação em TGI/TCC, mestrado ou doutorado, supervisão de pós-doc, participação em grupos de pesquisa comuns, oferecimento de disciplinas/cursos em conjunto, enfim, relações acadêmicas prévias, entre banca e candidatos. Que não haja entre os membros da banca vínculos do tipo orientador/a e orientando/a ou supervisor/a de pós-doc; quer dizer, no nível da própria banca não haja também esse tipo de relação. Há um programa que conta com apoio do CNPQ e que mapeia vínculos prévios entre membros da banca e entre banca e candidatos (<https://conflitulus.org>). É um programa que pelo Lattes [você] localiza. Que os critérios de avaliação de cada etapa sejam previamente publicados, de modo que cada candidato tenha ciência a respeito deles. É imprescindível assegurar esse princípio ético e esse sentido público dos concursos. Eu ouço muitos candidatos dizerem que não sabem quais são os critérios de avaliação. Eles entram no escuro. Evidentemente [para] os que são aprovados, maravilha, excelente, mas [para] os que não são aprovados é uma frustração brutal, porque a pessoa entrou numa coisa acreditando e na verdade... não foi enganada, não é?, mas, enfim, entrou no escuro, numa situação complicada. Aí eu pensei o seguinte: nós não temos, como nas federais, o barema, o que eu acho excelente, acho que não devemos ter; quem já fez avaliação daquele tipo sabe das dificuldades. E como aquilo é irreal no fim das contas. Ou pode ser irreal. Mas eu acho o seguinte, se o nosso princípio estabelece que a maior pontuação está no memorial, então tem que ser o memorial o mais importante, na hora da avaliação. Ele não pode servir como desempate, ele tem que servir como seleção inicial. Aí a gente pensa, 'Claro, mas a banca não vai suportar avaliar, sei lá, cinquenta [memoriais]. Então nós temos que pensar um modo de propor um memorial mais reduzido, que sejam cinco páginas, e que [se] tenham os critérios claros. E depois, que se tenha a arguição do memorial. Mas que ele sirva como seleção inicial. Nesse caso as demais provas, didática e escrita, deverão funcionar como desempate entre candidatos, e não o memorial. No fim das contas [hoje] é ele que acaba sendo [o desempate]. Eu digo isso, [porque] recentemente nós tivemos um concurso em literatura espanhola, e por sorte os quatro candidatos ficaram até a última etapa, e então aí você percebe que foi uma avaliação completa; desse modo [como geralmente ocorre, hoje] não, muita gente é excluída. Para o memorial é imprescindível constar quais são os critérios de avaliação do mesmo; seria possível delimitar

ATA

o número máximo de páginas, ou outras alternativas que eventualmente facilitem o trabalho prático da banca. Certamente cada avaliador atribuirá as suas notas a cada candidato, no entanto, em havendo grande discrepância, a banca deverá discutir as pontuações atribuídas. Eu me lembro de quando eu participei, algumas vezes, de avaliações da FUVEST; a redação passava por dois corretores, e se houvesse discrepância nas notas tinha que passar por um terceiro. Eu digo assim, grande discrepância. O que já ocorreu aqui. Bom, continuando, aí vêm coisinhas que eu acrescento; é preciso considerar que há candidatos que se preparam por anos, com a perspectiva de ingressar como docente na USP, e que uma vez aprovados e escolhidos, provavelmente ficarão na ativa até a aposentadoria. Quer dizer, a escolha, a seleção, a indicação de um candidato é coisa muito séria. E é preciso ter em conta que o que está em jogo na realização de um concurso, no final das contas, é a formação dos nossos alunos. Eu acho que nós temos que pensar nisso, sem ter nenhum caso em questão, porque com caso em questão a gente não pensa, e eu já tive oportunidade de avaliar, na verdade de ser relatora de alguns processos, e a gente percebe, estudando os Regimentos, tanto da Faculdade quanto da USP, que anular um concurso é quase impossível. Quase. Então eu acho que a gente tem que prestar uma atenção muito séria nesse processo todo, livre de qualquer questão presente, qualquer caso em debate”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Eu vou propor o seguinte, gente. Vamos ver se você concorda, Augusta, e peço a opinião de todos. A diversidade de assuntos que estão nessa lista que a Augusta apresentou provavelmente faça com que uns estejam de acordo com algumas [propostas], outros estejam de acordo com outras, enfim, me parece que hoje muito dificilmente chegaríamos a uma resolução sobre isso. Assim, eu queria propor o seguinte. Que esse texto seja divulgado e posto em pauta como disparador da discussão, na próxima Congregação. Pode ser?”. *Com a palavra, **Profa. Dra. Maria Augusta Vieira:*** “Pode.”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Inclusive para que outros colegas tragam outras emendas, enfim, eu concordo com algumas coisas aí, [com] outras já nem tanto. Imagino que o mesmo deva acontecer com todos, e hoje vai ser muito difícil, pelo horário, e então estou pensando se o melhor é colocarmos como item de pauta da reunião que vem, ou, não sei, decidirmos que uma comissão analise, mas, pode ser, acho que item de pauta pode ser, uma primeira discussão aqui está bem, não é?, poderíamos dar uma hora para ela, para tirar uma Resolução ali, inclusive porque vamos ter que fazer uma consulta jurídica sobre isto, mas que, pelo menos, vemos desses aspectos e de outros que forem trazidos quais estão mais de acordo, para aí sim

ATA

formar um grupo que estude uma proposta de modificação dos editais da USP. Vocês concordam? Então colocamos em pauta na próxima? Pode ser? Então ficamos assim, colocamos na reunião que vem, e vai ser divulgado, eu diria que seja divulgado à Faculdade, pode ser Augusta, tudo bem? Porque os que discutem são os membros da Congregação, mas os membros da Congregação representamos nossos colegas. Tudo bem? Bom. Então, temos uma moção do Departamento de Geografia, da plenária do Departamento de Geografia, e eu vou pedir que o Anselmo, ou algum representante leia; e tem uma que trouxe o professor Rodrigo, que está aqui, e outra que trouxeram os estudantes. Por ordem de apresentação, a primeira que chegou foi a de Geografia, depois a do professor Rodrigo Ricupero, e depois a dos estudantes, não estou discriminando, é a ordem de apresentação, tudo bem? Anselmo”.

Com a palavra, Prof. Dr. Anselmo Alfredo: “Eu vou ler, então, a ‘Moção da Plenária Departamental em defesa do Trabalho de Campo do Departamento de Geografia, FFLCH-USP, aprovada no Conselho Departamental de 16/10/2024. Em defesa do trabalho de campo em Geografia, a Plenária do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, reunida em 14/10/2024, reconhece que tal atividade pedagógica é integrante do método e objeto do conhecimento geográfico, sem o qual não há geografias possíveis. Deste modo, a Plenária Departamental expressa o seu profundo desacordo com as restrições ocorridas nesta atividade pedagógica e intrínseca ao currículo de Geografia, através do recolhimento dos ônibus e da redução de motoristas desta faculdade, desde ao menos 2012. Isto tem redundado na concorrência do orçamento desta atividade pedagógica com a flutuação ascendente dos preços de aluguéis de ônibus. Ainda, o serviço privado de fretamento tem afetado a qualidade dos trabalhos de campo. Com as restrições desta atividade, a importância da contradição entre o prático e o teórico, impulsora de uma universidade integrada às questões de seu tempo, é minorizada. Por isso, considera-se fortemente a necessidade de que a Reitoria reponha ônibus e motoristas da FFLCH em prol da qualidade do trabalho de campo, compatível com a condição de excelência desta egrégia universidade’. Então eu só queria comentar, para a gente ter uma ideia, de que hoje, de cem por cento do orçamento que vem para o trabalho de campo na FFLCH, em torno de 50 a 55% ficam nas mãos das empresas de ônibus, e por conta disso, para que esse orçamento caiba no trabalho de campo, há uma série de normas restringindo esse trabalho – diárias, distâncias a serem percorridas – por quê? Porque o orçamento está aumentando, mas também está aumentando a parte que está ficando com as empresas de ônibus. Só um dado: se nós

ATA

pegarmos o que fica nas mãos de empresas de ônibus, hoje, com aluguéis de ônibus, a FFLCH teria condições de comprar um ônibus por ano. Para vocês terem uma ideia. Então é por isso que os trabalhos de campo estão se restringindo nas suas práticas. Menos dias, menos auxílio, menos isto, porque a parte maior está ficando com as empresas de ônibus. Então, nem cabe mais a justificativa de que [com] os funcionários ficaria mais caro e por isso não se contrata motorista. Compreende? Então é preciso rever isso de uma maneira muito significativa, não só em prol dos custos mas em prol da qualidade do trabalho de campo também. Obrigado”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Algum colega quer comentar? Não? Anselmo, eu teria uma observação. A necessidade de que a Reitoria reponha ônibus e motoristas da FFLCH. Eu estive na plenária da Geografia: fui convidado, e agradeço muito, porque foi muito legal, e estamos dispostos a ir aos departamentos que nos convidarem, tudo bem? Muito bem. Eu lembro que vocês falavam que há outras unidades que também precisam de ônibus para trabalho de campo; vocês não gostariam que a solicitação fosse de que de modo geral fossem comprados ônibus, e contratados motoristas para a USP, ou... Porque aqui vocês formularam para a FFLCH, e me parece importante pensar nisso [na possibilidade de uma solicitação conjunta com outras unidades]”. *Com a palavra, Prof. Dr. Anselmo Alfredo:* “Isto. Estava escrito para a USP, e eu mudei, porque na verdade eu não conheço todas as realidades das unidades. Então, por exemplo, eu sei que a Geologia tem ônibus. A Geologia tem um trabalho de campo que é o mapeamento geológico que ela faz, e os alunos ficam quinze dias [em campo]. Porque eles têm ônibus, nós que não temos ônibus não fazemos mais o trabalho de campo para a Amazônia, que eram dez, quinze dias. Não dá para fazer mais. Então, por conta de eu não conhecer essa realidade, eu fiquei com receio de solicitar alguma coisa que não correspondesse. Mas o ideal seria [uma solicitação conjunta]”. *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Tudo bem. Bom, alguém contra essa moção? Não?”. II. ORDEM DO DIA. 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.3 Moção da Plenária Departamental em defesa do Trabalho de Campo do Departamento de Geografia Moção Plenária DG.pdf - **APROVADA POR UNANIMIDADE.** *Com a palavra, Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:* “Agora, o professor Rodrigo. Eu queria esclarecer a respeito da primeira moção, essa sobre a Carreira, que, como não vai haver Conselho Universitário antes do dia 03, ela vai ser direcionada diretamente ao gabinete e colocada, bom, na página todas, não é?, mas essa especificamente um pouco anterior. Rodrigo”. *Com a palavra, Prof. Dr. Rodrigo Ricupero:* “Boa tarde a todos. Eu

ATA

apresentei uma moção a partir de um pedido da diretoria da Adusp, que a está remetendo para as Congregações. Eu vou ler, que é bem pequenininha. ‘A Congregação da FFLCH solicita à Reitoria que agilize as conversações com a Adusp referidas à execução da ação, já transitada e julgada, da conversão da URV em Reais. A ação acima mencionada beneficia milhares de docentes que não tiveram a correção correta durante aquele processo de transição monetária em 1994. Manifestamos dessa forma o nosso apoio a que o direito conquistado judicialmente seja enfim usufruído por aquelas e aqueles que se dedicaram e ainda se dedicam à Universidade.’ Essa é uma ação antiga, já passou por todas as instâncias, foi vitoriosa, e a Reitoria continua aplicando todas as, digamos, as artimanhas possíveis, todos os truques e pequenas malandragens jurídicas para ficar empurrando; a UNICAMP já pagou, não é?, existem os recursos, e a USP continua provocando um retardamento disso. Inclusive, muitos beneficiários já estão falecendo. É uma coisa que será paga; em vez de ser paga para os professores, vai acabar sendo paga para os herdeiros, porque a USP fica [protelando], não é? E se recusa a negociar. Então a moção é simplesmente para que a Reitoria receba e abra a negociação, para dar prosseguimento a uma ação que já foi vitoriosa em todas as instâncias. É isso. Muito obrigado”. *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Muito bem. [Todos] De acordo? Muito bem”. III. ADITAMENTO. 2. Moção da Congregação - a pedido do Prof. Dr. Rodrigo Ricupero. Moca - Conversao da URV para reais - Prof. Rodrigo Ricupero.pdf - **APROVADA POR UNANIMIDADE.** *Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul:*** “Agora os estudantes, por favor. Mas antes, queria dizer que eu pulei sem perceber o item 1.4, que é a:” II. ORDEM DO DIA. 1 - QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.4 - COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO - Proposta de alteração do Regulamento de Língua e Literatura Alemã Proposta de alteração do Regulamento - Programa de Língua e Literatura Alemã.pdf - **APROVADA POR UNANIMIDADE.** *Com a palavra, **Sr. Octávio Ernani Gonçalves dos Anjos Brito Ferreira:*** “Eu gostaria de perguntar para a Congregação se tudo bem os estudantes virem aqui juntos para a gente apresentar a moção. Porque esse é um projeto de uma caravana trans que tem rodado toda a USP, e eles têm rodado toda a USP e estão hoje aqui, e eu queria pedir a presença deles aqui se possível. [É dado o aceite] Eu sei que é a última moção, mas eu peço um pouquinho de paciência porque essa é uma pauta fundamental, e é um debate muito importante que está acontecendo. Eu vou ler. ‘Moção de apoio da FFLCH às quotas trans nos cursos de Graduação da Universidade de São Paulo. Esta moção tem como objetivo prestar apoio à

ATA

iniciativa estudantil, que visa implementar uma política afirmativa de ingresso nos cursos de Graduação da Universidade de São Paulo, direcionada às pessoas trans e travestis. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas se compromete com o reconhecimento da necessidade de quotas trans para um grupo vulnerável da sociedade, a população trans, que hoje se encontra fora do Ensino Superior, na marginalidade e em empregos informais. A violência sofrida por esse grupo torna o ingresso na Universidade muito mais desafiante. Além disso, a entrada no mundo acadêmico e no mercado de trabalho podem ser essenciais para salvar vidas trans, que hoje, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, ANTRA, têm a expectativa de vida de 35 anos, sendo as mulheres trans e travestis negras o grupo mais violentado. Hoje, pessoas trans são apenas 0,15% do corpo discente de Graduação da USP, enquanto representam 2% da população brasileira. Na FFLCH possuímos três programas de Pós-Graduação com quotas destinadas às pessoas trans, sendo eles Antropologia Social; História; Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. Localmente, já reconhecemos a necessidade por quotas trans. Acreditamos que o conhecimento, a ciência e a pesquisa científica também devem ser produzidos por essas pessoas, que cada vez mais deixam a posição exclusiva de objeto de estudo. Dessa forma, reiteramos recomendações apresentadas pela ‘Nota técnica sobre as ações afirmativas para pessoas trans e travestis, e o enfrentamento da transfobia no contexto da Educação Superior’, da ANTRA, que diz, ‘Nesse cenário, os métodos de seleção variam entre a reserva de uma vaga em cada concurso para pessoas trans, ou reserva de no mínimo 1,5% a 2% das vagas de Ampla Concorrência’ (esse último foi o que a UNIFESP adotou). Por fim, conforme a aprovação dessa moção em sessão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, declaramos apoio frente ao Conselho Universitário à implementação de quotas trans em todos os cursos da Graduação’. Então o que a gente quer aqui é que as quotas trans sejam algo para toda a USP, para o ingresso pelo vestibular, não só local; esse é um movimento que a gente vê em universidades de todo o Brasil, e já passou do tempo de a USP deixar de ser atrasada em relação à aceitação social”. Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian Pablo Fanjul**: “Bom, podemos aprovar a moção, concordam? Sim?”. III. ADITAMENTO. 3. Moção de apoio da Congregação da FFLCH à adoção de cotas trans na Universidade de São Paulo - a pedido do movimento trans da FFLCH. Moção de apoio da FFLCH às Cotas Trans nos cursos de graduação na Universidade de São Paulo.pdf - **APROVADA POR UNANIMIDADE**. Com a palavra, **Prof. Dr. Adrian**

ATA

Pablo Fanjul: “Eu queria somente saber uma coisa, porque, afinal, a moção vai constar. Aí se diz que o programa de Pós-Graduação em História já tem cotas trans, e como temos dois programas em História, eu queria saber qual dos dois é, História Social, ou História Econômica? Muito bem. Isso ficará para depois, para averiguar [trata-se do programa de História Social]. Eu agradeço muito que tenham ficado, foi uma Congregação um pouco longa porque nos pareceu importante trazer a questão do Plano Diretor, e enfim, trazer aqui a professora Raquel Rolnik, que inclusive me disse que é uma das poucas congregações a que foi convidada, e, então, lembrar que até dia 11 de novembro vocês podem fazer propostas de emendas que vou pedir que encaminhem para o Clóvis, que participou da Comissão do Plano Diretor (apesar de ser eu quem vai ter que levar). Bom. Muito obrigado”.